



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faculdade de Formação de Professores

Departamento de Educação

Curso de Pedagogia

Thaís Rosa dos Santos Lopes

A Higiene Mental no Pensamento Social de Arthur Ramos no Rio de Janeiro de 1933 a 1934: medicina e educação.

São Gonçalo,
2012.

Thaís Rosa dos Santos Lopes

A Higiene Mental no Pensamento Social de Arthur Ramos no Rio de Janeiro de 1933 a 1934: medicina e educação.

Monografia apresentada no curso de graduação em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Camara

São Gonçalo,
2012.

Thaís Rosa dos Santos Lopes

A Higiene Mental no Pensamento Social de Arthur Ramos no Rio de Janeiro de 1933 a 1934: medicina e educação.

Monografia apresentada no curso de graduação em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em: 05/12/2012

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Sônia Camara (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores da UERJ

Prof. Dr. Jorge Antonio Rangel (Parecerista)
Faculdade de Formação de Professores da UERJ

São Gonçalo,
2012.

Dedicatória

A Deus pela vida e pela oportunidade de me conceder a grande alegria de ser mãe, aos meus pais pela dedicação e amor incondicional.

Ao meu companheiro Guilherme e ao meu filho Gabriel pelo apoio e compreensão.

Agradecimentos

Agradeço imensamente a Deus por me conceder a vida no seio de uma família tão acolhedora e batalhadora que inspiram minha caminhada. À minha mãe Ligia Rosa e ao meu pai Carlos Lopes, dedico não apenas este trabalho mais todas as vitórias que juntos conquistamos e também as que ainda conquistarei com o apoio, generosidade, amor, respeito e dedicação incondicional de sempre. Obrigada por serem os meus heróis da vida, minha referencia de ser humano e família. À minha irmã Lidiany Rosa pelo apoio e carinho, pelas horas que abdicou do seu computador, de navegar nas redes sociais da internet em favor dos meus trabalhos acadêmicos.

Com carinho especial, agradeço os gestos sempre generosos e compreensivos do meu marido Guilherme em favor do nosso crescimento pessoal, apoiando sempre as minhas decisões com muito diálogo e carinho.

Ao meu filho Gabriel pela única certeza da grande missão que tenho a empreender nesta grande jornada da vida. Aos meus sogros pelo apoio, carinho e incentivo dispensados. Com a colaboração e incentivo de vocês esse primeiro ideal foi concretizado.

Nesta trajetória, a minha formação acadêmica sempre esteve ligada a minha vida pessoal. Aos amigos incentivadores e críticos, aos familiares, em particular aos meus padrinhos, primos e tios (as) o meu agradecimento. Aos meus compadres Cristina e Paulo por junto comigo comemorar as minhas vitórias e por estarem ao meu lado sempre na superação dos desafios que na vida precisam ser superados para avançarmos.

Ao carinho, incentivo e atenção da tia Renata, grande profissional dedicada ao campo da educação infantil, educadora inspiradora criativa sempre atuante na renovação das práticas pedagógicas, exercendo um exemplar trabalho em uma creche comunitária em Niterói. Atuação esta que, possibilitou - me uma primeira experiência, ainda nos últimos anos do Ensino Médio, com as vivências da educação infantil e diretamente com a prática pedagógica.

Em memória, agradeço a luz espiritual irradiada em meu caminho pela minha avó materna Dona Rosa, propiciando-me hoje lembranças inesquecíveis

de minha infância, das brincadeiras com o pé no chão do quintal da casa onde vivíamos. Imagens que com toda certeza me instigam a pensar não só a minha trajetória até aqui, como também o papel que a educação, alinhada a qualidade de vida e o respeito sobre si e o outro exercem sobre a vida de uma criança e sua constituição como sujeito.

No sentido, do avanço e da superação dos desafios tenho muito a agradecer a todos os professores do ensino fundamental e médio, onde tive o prazer de aprender e crescer como ser humano. O meu carinho especial à Professora Núbia da Escola Estadual Baltazar Bernardino em Niterói, onde tive o prazer de ser sua aluna no 5º ano do Ensino Fundamental e mais tarde no Ensino Médio como professora de Língua Portuguesa. Agradeço a todos os professores daquela instituição pelo incentivo, pela dedicação e por acreditarem na força da educação e na função social que a escola desempenha de maneira geral.

Aos professores (as) da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo UERJ-FFP pelo acolhimento na formação acadêmica, pelos debates propiciados, pelas observações instigadoras. Em especial, o meu imenso agradecimento à historiadora Sônia Câmara, professora de História da Educação desta instituição. Tive a sorte de ser sua aluna e o prazer de ser sua orientanda de iniciação científica. Obrigada pelo carinho, atenção e amizade; pelo trabalho de pesquisa desenvolvido, pela oportunidade dispensada ao meu crescimento acadêmico e profissional. Exemplo de respeito e comprometimento com a docência.

A todas (os) colegas de graduação, em especial a Mariana Ramos, grande amiga que fiz neste percurso, obrigada pelas trocas e experiências compartilhadas.

A todos os amigos (as) pesquisadores (as) do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e História da Educação e Infância, NIPHEI. Professores (as) e alunos (as) companheiros e solidários com o trabalho historiográfico no campo da educação. Em especial ao Professor Jorge Antonio Rangel Fidel pelas indicações de leituras, pelas trocas, observações e análises nas aulas de antropologia, nos grupos de estudos organizados pelo NIPHEI, onde colaboraram imensamente na feitura deste trabalho, enfim obrigada pelo carinho e apoio sempre atenciosos.

Pelo exposto só tenho a agradecer imensamente a todos pela cumplicidade e apoio nesta jornada.

A pesquisa é talvez a arte de se criar dificuldades fecundas e de criá-las para os outros. Nos lugares onde havia coisas simples, faz-se aparecer problemas. (Bourdieu apud Goldenberg, 2007)

Resumo

Este trabalho de monografia busca investigar como se institucionalizou o pensamento da higiene mental e sua intervenção no campo da educação através da experiência do médico e psiquiatra Arthur Ramos frente ao Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental no período de 1933 a 1934. Elaborado pela Reforma da instrução pública empreendida por Anísio Teixeira no Distrito Federal. Interessa-nos compreender a formulação e as propostas de ação do Serviço de Ortofrenia e higiene mental e o movimento intelectual que possibilitou instituir políticas assistencialistas direcionadas a infância. Imprimindo um esforço de análise dos principais ideais colimados por higienistas e eugenistas, destacando atenção às concepções formuladas acerca da higiene mental, das campanhas pedagógicas pela preservação da higiene infantil incitadas pelo movimento intelectual da Liga Brasileira de Higiene Mental, cuja perspectiva assentava-se na criação de ações profiláticas e corretivas direcionadas à infância escolar do Rio de Janeiro, então capital, à época.

Palavras-chave: pensamento, higiene mental; políticas assistencialistas; educação; infância.

Índice de Imagens.

Imagens 01 - Cartazes da campanha de combate ao alcoolismo.....p.30

Imagem 02 - Capa "Archivos Brasileiros de Higiene Mental, Ano III, 1930.....p.34

Imagem 03 - Recorte de imagem correspondente a estatística do emprego de testes de inteligência divulgado "nos arquivos".....p. 61

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - Do ideário eugênico a institucionalização da higiene mental	18
1.1 Do contexto histórico da higiene mental: um panorama de ações higiênicas.....	19
1.2 Centro de propaganda a favor da higiene mental: A LBHM e os ABHM.....	23
1.3 “Contra o alcoolismo: Em favor da higidez mental: a escola na cruzada antialcoólica”.....	31
CAPÍTULO II – O Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental nas escolas primárias do Distrito Federal.	40
2.1. Articulada as práticas pedagógicas: a higiene mental nas escolas públicas do Distrito Federal (1933-1934).	41
2.2 Prevenção e correção dos desvios sociais: o trabalho da higiene mental, perspectivas para a infância.....	50
CAPÍTULO III - Da Ordem Biológica à Questão Social: A Criança Problema na concepção de Arthur Ramos	56
3.1. Das classificações sobre o conceito de “anormal e normal escolar”.....	57
3.2. A vulgarização dos testes de inteligência e o seu emprego nas escolas.....	58
3.3 Por uma análise da conjuntura social a “criança problema” na década de 30.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75

ANEXO	77
BIBLIOGRAFIA	82

Introdução

No contexto do “aparecimento da infância” e/ou de sua “invenção”, são constituídos também, um conjunto de saberes sobre a criança, já compreendida como objeto de conhecimento e foco de um conjunto de prescrições, normas, regras produzidas a partir do que esse campo de conhecimento convencionou denominar de “normalidade”. Esse conjunto de saberes, paulatinamente, constituem e demarcam um campo disciplinar destinado ao estudo, e a normalização da infância, com ênfase especial na puericultura, pediatria, psicologia e na pedagogia (Narodowski, 1996).

Este trabalho é fruto da experiência que obtive como bolsista de iniciação científica no projeto de pesquisa “Por uma Cruzada Civilizatória: educação, assistência e proteção à infância no Rio de Janeiro de 1890 a 1940.”¹ A partir da inserção no referido projeto tive a possibilidade de mapear e analisar algumas obras da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), dentre elas os “Arquivos Brasileiros de Higiene Mental” (ABHM). Esse contato de pesquisa entrelaçado ao olhar inquieto e inquiridor sobre a documentação em análise instigou-nos a saber mais sobre as formulações acerca do que se proporia por higiene mental. Assim como suscitou o interesse em investigar as concepções formuladas no início do século XX acerca do tratamento e atendimento dispensado ao deficiente mental era um questionamento de pesquisa levantado a priori.

Para a constituição do projeto de monografia, recortamos inicialmente trabalhar a higiene mental a partir da criação da Liga Brasileira de Higiene Mental fundada pelo médico Gustavo Riedel, em 1923. Orquestrada por psiquiatras e composta por médicos, juristas, jornalistas e educadores acreditava-se que o homem deveria ser aperfeiçoado biológica e moralmente em oposição ao homem degenerado à época (SOUSA; BOARINI, 2008, p.3).

¹ Projeto de pesquisa coordenado pela Professora Dra. Sônia Camara, coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância, cadastrado no diretório do CNPQ.

Entretanto no percurso de levantamento das fontes e adensamento das análises nos confrontamos com a criação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, elaborado pela Reforma Educacional empreendida por Anísio Teixeira na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1933 .

Surgiu então uma questão: Qual a importância de se criar no Rio de Janeiro um Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (S.O.H.M) dentro de uma reforma municipal de instrução pública? Teria alguma relação com as proposições colocadas já em 1923 pela Liga Brasileira de Higiene Mental? No intuito de compreender a formulação do S.O.H.M, assim como de seus objetivos, buscamos analisá-lo através da obra “A Criança Problema: higiene mental na escola primária escrita por Arthur Ramos², onde o autor descreve a metodologia aplicada a este serviço, discorrendo sobre a importância da instalação do mesmo, a partir das contribuições advindas de estudos do campo da psicologia social direcionados a área pedagógica; confrontando os principais desafios a serem superados face às desfavoráveis condições sociais de habitação, saúde, alimentação e tratamento da infância no país no decorrer da década de 1930. O enorme percentual de crianças consideradas anormais\desajustadas atendidas pelo Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, é expressa a partir de fichas biográficas contendo dados como nome dos pais, idade, sexo, descrição comportamental e outras informações obtidas pelas “assistentes sociais” com a família e a própria escola.

O Serviço direcionava-se a assistir os alunos do ensino público considerados por professores e diretores indivíduos incapazes de aprender. A prioridade era estabelecer uma higiene mental preventiva aos escolares, com a aplicação de exames médicos e psicológicos que orientassem quanto ao ajustamento dos “casos problema” e preservasse as “normalidades” encontradas. Nesta perspectiva, constituía-se também como umas das prioridades a formação mental do educador, por meio de cursos de férias,

² Trabalhamos com a 2ª edição da obra, 1949, dez anos depois da primeira edição. Segundo Arthur Ramos a obra não sofreu nenhuma alteração de dados ou mesmo escrita.

fomentando assim a especialização de educadores para a área de atendimento do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (RAMOS,1949).

O estudo procurou compreender as propostas de intervenção desse programa direcionado a higiene mental dos alunos da rede pública de ensino à época. O recorte temporal trabalhado corresponde ao período de 1933 a 1934 justamente pela informação de que o Serviço é instalado em 1933 mais apenas é inaugurado em 1934, o que não nos aprisiona em contextualizar o campo de debate acerca da institucionalização da higiene mental no Brasil durante a década de 1930.

Na direção da pesquisa, algumas leituras advindas de expoentes da escrita da Nova História como March Bloch (2001) e Michel de Certeau (1992) foram determinantes no manuseio das fontes. Como este trabalho debruça-se sobre um tema ligado à história da educação a leitura em Bloch e Certeau fomentaram importantes demarcações quanto à feitura do trabalho, os novos rumos da pesquisa, o direcionamento do olhar sobre as fontes manuseadas e o caráter metodológico que toda pesquisa historiográfica deve congrega. A leitura em Bloch possibilitou apreender que o documento por si só não se constitui em uma fonte, não está dado a priori, é preciso instituí-lo como fonte e para tal intento se faz necessário saber interrogá-lo. Ainda para Bloch (2001) todo fato histórico é produto de uma construção ativa para transformar a fonte em documento, e em seguida, constituir esses documentos, em fatos históricos. É neste sentido que buscamos conceber o papel do “Serviço” para além da leitura atenciosa da obra “A criança Problema”, mas de confrontar algumas temáticas e discussões efervescentes propagadas no seio da Liga Brasileira de Higiene Mental, campo de grande debate e propaganda acerca da higiene mental.

Pelo mapeamento e análise de alguns trabalhos veiculados pelos “Archivos Brasileiros de Higiene Mental”³, possibilitamos compreender e

³ Em formato de revista, estes periódicos circularam entre os anos de 1925 e 1947. Afirma Souza e Boarini: “Os ABHM tinham por objetivo fomentar o intercâmbio intelectual entre os neuropsiquiatras brasileiros e estrangeiros, estabelecendo trocas e intensificando relações com as principais bibliotecas e sociedades científicas do mundo.” Permitindo que os “ensinamentos úteis e práticos”, contidos nos ABHM, não se destinasse à apenas aos círculos científicos ou a setores especializados da psiquiatria, visando também à massa popular, a qual procuravam orientar no sentido da conservação da saúde do espírito (CALDAS apud SOUZA ; BOARINI, 2008,p.2)

enredar o movimento intelectual e institucional que propiciou a propaganda e dispositivos criados em favor da higiene mental, como o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental.

Assim, dividimos o trabalho em três capítulos, no primeiro; **Do ideário a institucionalização da higiene mental**, buscamos localizar os debates que mobilizaram campanhas em favor da higiene mental no Brasil através da leitura dos periódicos “Archivos” priorizando alguns assuntos e temáticas recorrentes. Por este viés, formulamos a análise que a criação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, problematizada no segundo capítulo deste trabalho, esteve concatenada as iniciativas germinadas por intelectuais ativos na Liga Brasileira de Higiene Mental, aludindo a participação do próprio Arthur Ramos no coro intelectual daquela instituição.

No segundo capítulo intitulado **O Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental nas escolas primárias do Distrito Federal**, priorizamos trabalhar a ação do serviço, os principais objetivos e atenção dispensada ao discurso preventivo e corretivo acerca da higiene mental dispensada aos escolares da rede pública de ensino pela instalação das clínicas de hábitos anexas às escolas experimentais partidárias da psicanálise.

No terceiro e último capítulo; **Da Ordem Biológica à Questão Social: “A Criança Problema” na concepção de Arthur Ramos**, procuramos compreender a concepção que Arthur Ramos traz acerca da criança problema, na obra “A criança problema: higiene mental na escola primária, cuja primeira edição corresponde ao ano de 1939. Identificar e compreender as categorias de análise e intervenção das crianças consideradas como crianças de difícil aprendizagem, com atenção especial às terminologias utilizadas, à época, para caracterizá-la como normal e anormal escolar. No encaminhamento da escrita do trabalho alguns referenciais teóricos advindos de Stepan (2005) Marques (1994), Lobo (2008), Lima (2006) Camara (2010), dentre outros, foram imprescindíveis para confrontar a análise do material empírico coletado, a saber: os “Archivos de higiene mental”, o livro “A Criança Problema” entre

outros presentes no descortino do trabalho. Esses referenciais muito contribuíram para contextualizar as idéias disseminadas por aquele movimento intelectual, assim como das concepções apresentadas acerca da infância, do conceito de criança problema, dos parâmetros de anormalidade e normalidade vigentes naquele período, colaborando na compreensão do panorama social e político que o país, especialmente o Distrito Federal, atravessava durante a década 1930. Neste sentido, o trabalho tencionou compreender o pensamento de Arthur Ramos em relação a higiene mental, entrelaçando as ideias e perspectivas apresentadas por este médico psiquiatra em seu livro “A criança problema”, no contexto de debates propagados no interior da efervescência intelectual acerca da higiene mental que se instituiu com a Liga Brasileira de Higiene Mental.

Capítulo I

Do ideário eugênico a institucionalização da higiene mental.

Conjugando um programa de higiene mental baseado na noção de prevenção eugênica, alguns higienistas, integrantes da LBHM, apoiados nos inovadores conhecimentos científicos da psicometria e da genética, pilares da eugenia, entendiam que fatores intrínsecos aos indivíduos, tais como as características constitucionais de ordem física e psíquica determinadas pela herança genética, estariam contribuindo na formação de uma sociedade não tão desenvolvida como se esperava para o país. Neste sentido, a higiene mental toma para si a responsabilidade de interferir nessas condições para que os brasileiros fossem moldados segundo as necessidades do processo de desenvolvimento em ação (SOUSA; BOARINI, 2008, p.3).

1.1 Do contexto histórico da higiene mental: um panorama de ações higiênicas.

Na transição do século XIX para o século XX podemos observar no Brasil, com especial atenção para o Rio de Janeiro, Distrito Federal à época, um crescente panorama de ações organizadas pelo setor privado da sociedade buscando através da constituição de políticas assistenciais intervir, modelar e modernizar o corpo social brasileiro. Intelectuais oriundos de diferentes campos como a medicina, a área jurídica e o campo educacional mobilizaram esforços neste sentido, congregando iniciativas na perspectiva de consolidar modelos de políticas assistenciais e protetoras destinadas à população e à infância (CAMARA, 2010, p.156-158).

Desta idéia de intelectual apresenta-nos Sá que o adjetivo intelectual referia-se a todos os homens oriundos da formação literária, retórica e humanista, políglotas pela formação enciclopédica que tiveram. Ainda, de acordo com Sá “(...) o caráter marcante dessa geração de “homens de letras” oitocentistas era uma atuação inclinada a fazer equivaler a criação cultural à mudança social e a interpretação do momento político”(SÁ, 2006, p.35).

Alguns países da Europa, como a França, modelo de civilidade, tornavam-se referência na promoção de ações que organizava a assistência social no Brasil, em especial para a infância. Desta forma, a constituição de hábitos sociais salutareos a vida em sociedade civilizada permeavam os ideais sanitaristas, higienistas e eugenistas (CAMARA, 2010 p.188-189).

Algumas instituições de caráter filantrópico e assistencialista utilizando-se das teorias eugênicas e higiênicas em voga, à época, tornaram-se protagonista quanto “à promoção da assistência destinada à sociedade e a infância”. Exemplares neste intuito é a criação no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, do Instituto de Proteção e Assistência a Infância (IPAI) fundado e idealizado em 1899 pelo médico Arthur Moncorvo Filho e a atuação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) criada em 1923 pelo médico e eugenista

Gustavo Riedel. Ambas as instituições criaram dispositivos de assistência médica social, organizando campanhas pedagógicas que ampliavam a ação do médico para além dos cuidados com a saúde da população.

A preocupação com a infância brasileira constituiu-se como marca registrada no trabalho e na consciência dos intelectuais atuantes nestas instituições, a situação deplorável da infância era apontada nas teses, conferências e demais trabalhos realizados pela intelectualidade. Conforme Câmara (2010, p.111) no Distrito Federal, o crescente quadro de mortalidade infantil face à vulnerabilidade da população pobre a doenças como a sífilis, a febre amarela, a tuberculose alinhada à falta de políticas sociais assistencialistas e protecionistas por parte do Estado, trazia como reflexo o abandono moral e social dessa infância.

Indicando o grande ônus que o país assumiria no processo civilizador e modernizador que o país atravessava, intelectuais articularam-se na perspectiva de conclamar a urgência de políticas públicas destinadas a amparar a sociedade e combater os seus flagelos sociais: o alcoolismo, a marginalidade, a vadiagem, a exploração do trabalho infantil nas fábricas e as diferentes formas de abandono da infância. Para tal intento, conforme Câmara, propugnaram ações higienistas capazes de intervir em diferentes setores da sociedade como a família e a escola. (CAMARA, 2010, p.174-176).

Segundo Marques (1994, p.27) “A higiene no Brasil, a partir do início do século XIX, inserira-se no governo político dos indivíduos como um novo agente coercitivo, na medida em que incorporara a cidade e a população à esfera do saber médico”. Neste movimento a educação era vislumbrada como um instrumento capaz de intervir no corpo social possibilitando a prevenção e a correção dos indivíduos considerados desviantes.

A preocupação com a criança passou a nortear o trabalho do campo médico e do campo jurídico. A criança era entendida como futuro da nação, para isso era preciso intervir no seu cotidiano, interrogando seus hábitos e conformando medidas higiênicas na perspectiva de métodos de intervenção social e orgânico. Assinala Ramos (1949):

(...) é para a criança que se deve voltar suas vistas, pois aí estão os núcleos de caráter da vida adulta. Ajustar a criança ao seu meio, é o

objetivo básico, o trabalho inicial, a ser continuado depois, no ajustamento do individuo aos seus sucessivos círculos de vida (1949, p. 22).

A eugenia e a higiene colocam-se como frentes de ação científica centralizando ações e empreendendo esforços. Elabora-se uma cruzada no combate aos fatores degenerativos que acometiam prejudicialmente o corpo social: o álcool, a pobreza, a mendicância, as doenças venéreas e outras; implicando diretamente na pretendida formação da sociedade saudável nos aspectos físico e moral da vida humana, em culminância com o projeto de nação.

Marques (1994) aponta-nos a idéia de localizar a eugenia como instrumento científico de intervenção genética, “que oferecia ao país a perspectiva de vir a ser nação através da constituição da raça brasileira” (1994, p.39). Pois se pensava a constituição de uma identidade nacional a partir de rigorosos controles sociais e políticos sobre a população miscigenada, caracterizada pela heterogeneidade, onde a marca hereditária já se constituía em um problema de deformidade biológica a ser inquirida pelo arcabouço eugênico. “Dada à heterogeneidade racial brasileira” (ibidem) e o determinismo de algumas teorias genéticas defensoras de que as diferenças raciais entre a população já justificavam as desigualdades sociais entre os homens, constituindo-se em uma linha de ordem natural.

Estudos oriundos do campo da biologia, de teorias como a darwinista, constituíam interpretações de que haveria uma supremacia genética dos brancos sob os negros, mulatos e mestiços que justificava a própria hierarquia social e intelectual estabelecida entre a população mestiça e a burguesia em fins do século XIX e início do século XX. A intervenção eugênica pretendia então, modelaria a população a partir de uma “depuração racial”, capaz de conformar biológica e fisicamente esse corpo social, criando dispositivos, como a difusão de idéias patriotas nas escolas, propagandas cívicas que assegurassem essa conformação em culminância com a identidade nacional (ibidem, p.38-39).

Segundo Stepan (2005) a institucionalização da eugenia no Brasil se dá a partir da instalação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 25 de janeiro de 1918, caracterizada em um primeiro momento pela organização de estudos

de cunho eugênico na América Latina, proposta oriunda do médico Renato Kehl. Torna-se imprescindível sinalizar que a campanha eugênica de Renato Kehl se desenhou em dois momentos distintos, a saber: o primeiro quando o médico defendia uma eugenia positiva, profilática alinhada aos objetivos dos médicos sanitaristas e; o segundo momento com a radicalização da eugenia tendo como base os métodos de esterilização e restrição da imigração no Brasil. Não era utópica para Renato Kehl a idéia de criar uma civilização “bela”, do ponto de vista da cidade saneada e do corpo físico são, visando os padrões eugênicos europeus. Bases teóricas na área da genética e hereditariedade influenciaram diretamente o trabalho do médico Renato Kehl, em especial os trabalhos de Gregor Mendel, August Weismann e Francis Galton (STEPAN, 2005, p.54-57).

Francis Galton entendia que a eugenia seria a ciência que se preocuparia com a melhoria da raça humana, e para tanto, procederia à identificação dos seres mais dotados física e mentalmente, favorecendo seus casamentos. Ao facilitar a ação da evolução, sua teoria converter-se-ia em uma nova religião, científica e moderna (...) Mas seus estudos não se restringiram somente às populações em seus corpos e em suas histórias, seu olhar ampliou-se para as sensações e fenômenos mentais na tentativa de encontrar uma relação mensurável entre características físicas e caráter (MARQUES, 1994, p.48-49).

Com base nos estudos desses biólogos, Renato Kehl defendia que o determinismo genético tinha de desconsiderar qualquer influência do meio ambiente no desenvolvimento do indivíduo. Nessa perspectiva o caráter histórico era irrelevante e “o indivíduo não é um ser social, nem histórico, mas orgânico” (DIWAN, 2007, p.134).

Procurando projetar-se para fora do Estado de São Paulo a Sociedade Eugênica definiu-se como uma sociedade de cunho científica que propagava estudos acerca do fortalecimento físico e moral da raça brasileira. Conferências e palestras eram organizadas pela Sociedade Eugênica de São Paulo com o objetivo de difundir o ideário eugênico, os temas em debate acirravam para um trabalho higiênico. O alcoolismo, as doenças venéreas, degeneração, fertilidade, tuberculose, natalidade dentre outros eram temas centrais que permeavam as teses médicas à época.

Para Stepan (2005, p.58) “à medida que o credo eugênico conquistava novos convertidos, a linguagem da eugenia começou a incorporar discussões

científicas sobre saúde”. Podemos perceber esse movimento nos discursos médicos, em ocasião do 1º Congresso Internacional de Higiene Mental, onde Gustavo Riedel escreve sobre impressões acerca do referido evento no periódico “Archivos Brasileiros de Higiene Mental” sinalizando a importância do evento para pensar as formas da conduta humana.

Estava, pois, previamente assegurado o sucesso do maior certamen científico até hoje realizado no mundo. E compreende-se por que o apelo norte-americano era assim correspondido- a hygiene mental incluindo no seu programma todos os factores relacionados com o vasto campo de conducta humana, abrangeu quasi por completo o organismo social, ou antes todas as manifestações da actividade humana. Quando o Homem age, é a sua intelligencia que trabalha, eis porque elle só pode agir com correcção e aproveitamento, quando é perfeito o seu modo de pensar. A hygiene mental neste alcance concepção que dominou a psychiatria como disse Genil Perrin, se tornou a base de toda a ethica.

[...] Hygienistas, eugenistas, educadores e psychiatras preocupados com a obra da mentalidade dos continentes ,irão realizar todos através das Ligas de Hygiene Mental, a mais bella obra de prophylaxia, procurando conservar ao homem suas qualidades superiores de espirito e de coração (RIEDEL, 1929, p.195-197).

Algumas medidas de controle social estavam na esteira do discurso eugênico. A eugenia no século XX, como nos aponta Stepan (ibidem), emerge na América Latina como um movimento que buscava assumir um novo papel no cenário mundial, visto que na Europa a Guerra intensificava o medo sobre a degeneração nacional, enquanto que na América Latina o desejo de regeneração nacional associado ao patriotismo estava em ascensão na mente dos intelectuais.

Os eugenistas acreditavam que a situação do Brasil só seria solucionada quando se criassem políticas que dessem conta de educar, sanear e melhorar o corpo social. Segundo Souza e Boarini (2008, p.2) há uma ênfase na educação como possibilidade de superação do atraso social que o país atravessava. A escola por sua vez é percebida como campo de intervenção, espaço estratégico de divulgação de preceitos higienistas. Especial atenção é dispensada a criança, pois ela é essencialmente o futuro que constituirá esse projeto de nação.

1.2. A Liga Brasileira de Higiene Mental e a veiculação dos “Archivos” Brasileiros de Higiene Mental: Centro de propaganda a favor da higiene mental.

No Distrito Federal em 1923, imbuído desse ideário eugênico é inaugurada a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Baseada nos preceitos eugênicos, a liga incorpora a eugenia como referência científica de seu programa, atuando e divulgando a importância da higiene mental para a sociedade, promovendo campanhas e propiciando serviços à sociedade na área da higiene mental.

Essa instituição era dirigida por psiquiatras e composta por membros da classe média brasileira, juristas, jornalistas e educadores. Segundo Souza e Boarini (2008, p.3) a Liga era uma instituição civil que se mantinha a partir de contribuições filantrópicas, com subvenção do governo federal; pautada no ideário eugenista e higienista, enaltecia a constituição de um homem aperfeiçoado sob o aspecto moral e biológico em contra-posição ao homem degenerado combatido pelos médicos e intelectuais higienistas à época. Reconhecida como utilidade pública pelo decreto nº. 4.778 de 27 de dezembro de 1923, a Liga Brasileira de Higiene Mental através dos seus estatutos previa tais fins:

(...) prevenir as doenças nervosas e mentaes, proteger e amparar no meio social os egressos dos manicômios, melhorar progressivamente os meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentaes e, finalmente realizar um programma de Hygiene Mental e Eugenetica no dominio das actividades: individual, escolar, profissional e social, esta Instituição, diziamos, foi no anno seguinte reconhecida de utilidade publica por decreto do Governo Federal n.4778 de 27 de dezembro de 1923.(...) tornou-se a Liga desde então, o grande centro de propaganda a favor da hygiene mental (CALDAS, 1930, p.71).

Esse modelo de assistência científica caracterizado pela ação filantrópica de iniciativa privada é uma realidade não apenas do Distrito Federal, mas de outros estados brasileiros, que se articulam em prol de uma organização científica capaz de intervir no corpo social identificando seus problemas, criando instrumentos para sancioná-los, reclamando uma ação direta do Estado.

Segundo Mirandolino Caldas (1930) médico da neuropsiquiatria, em

editorial dos Archivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM) contextualizando sobre a apropriação da higiene mental no Brasil. Indica que a higiene mental nasce nos Estados Unidos em 1908 com a iniciativa de se fundar em Connecticut, sob inspiração de Clifford Beers, “(...) a primeira Sociedade destinada especialmente a tratar da prophylaxia das doenças mentaes e a pregar a necessidade da hygienização do espírito” (1930, p.69). Neste sentido, salienta-nos Caldas (ibidem) que é no Brasil no ano de 1919 que Gustavo Riedel como diretor da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, “inaugura naquele hospital o primeiro “Instituto de Prophylaxia Mental da América do Sul” (ibidem, p.70). Conforme Caldas (ibidem, p.70) o instituto possuía consultórios para todas as doenças e intervenção médico cirúrgicas, o que facilitava uma triagem dos doentes de quaisquer natureza e o reconhecimento dos psicopatas. Diagnosticada qualquer anormalidade física, os doentes eram encaminhados para o “Consultório Central de doenças Nervosas e Mentaes”, onde eram submetidos a exames psiquiátricos que indicariam seu tratamento, o doente é internado ou tratado em sua casa sob vigilância do “Serviço Social”.

Sob a importância da vulgarização das ideias higienistas daqueles médicos, a época, Caldas sinaliza o lançamento dos “Archivos Brasileiros de Higiene Mental”, (ABHM) periódico de grande relevância para a propaganda científica e educativa da Liga Brasileira de Higiene Mental.

A liga que, em 1925, publicou 2 numeros de uma revista semestral intitulada Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, fê-la voltar à circulação como revista mensal, em outubro de 1929. No órgão official da LIGA têm apparecido artigos interessantissimos de vulgarização psychiatrica e hygiene mental, assignados pelos nossos mais eminentes mentalistas. Essa tem sido, em linhas geraes, a marcha da campanha em pról da hygiene psychica, na capital da Republica. Nos Estados, embora pouco se tenha feito, não nos é licito esquecer a propaganda que se vem realizando em S.Paulo, sob a orientação de C.A.Pacheco e Silva, Franco da Rocha, Candido de Moura Campos, Leopoldino Passos, e outros. Desde 1926 fundou-se na capital paulista a Liga Paulista de Hygiene mental, filiada a Liga Brasileira. No Rio Grande do Sul, o nosso Delegado Regional Professor Raymundo Vianna, auxiliado por um dos nossos membros correspondentes, Professor Luiz Guedes, fundou a Liga Rio Grandense de Hygiene Mental. Nos demais Estados, por enquanto, os trabalhos têm visado particularmente o combate ao alcoolismo, durante as semanas anti- alcoolicas. (CALDAS, 1929 p.73.).

Para Lobo (2008, p.122) a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental instituiu-se dentro um período propício, visto as propostas interventoras que orientavam, o crescimento das cidades e a multiplicação das atividades industriais acirravam-se. Nesse sentido, o Rio de Janeiro era visto como centro de propaganda e veiculação dos ideais que mobilizam a construção de uma população hígida para o trabalho em conformidade com as ideais de saneamento e higiene da cidade à época.

De acordo com Sá (2006):

O Rio de Janeiro, na condição de centro político do país, teria tido a obrigação de se apresentar como a fachada de um Brasil civilizado; o que levava os seus intelectuais, os auto-encarregados dessa epopéia civilizatória, a se converterem em vorazes imitadores da cultura europeia, desprezando o Brasil e sua verdadeira 'base social'. (2006, p.29)

Para Lobo (2008) baseando-se na leitura de Freire Costa, o período que compreende 1923 a 1925, a Liga Brasileira de Higiene Mental, sob orientação de Riedell, procurou aperfeiçoar a assistência aos doentes mentais, propondo a prevenção e a proteção dos egressos dos manicômios e doentes mentais passíveis de internato. Só a partir de 1926, com a extensão gradativa das atividades psiquiátricas a todos os círculos da vida social que a Liga passa a ter a clara intenção de reformar a sociedade brasileira. No que tange a importância da veiculação dos "Archivos Brasileiros de Higiene Mental", Souza e Boarini (2008, p.3) sinalizam que:

Os ABHM tinham por objetivo fomentar o intercâmbio intelectual entre os neuropsiquiatras brasileiros e estrangeiros, estabelecendo trocas e intensificando relações com as principais bibliotecas e sociedades científicas do mundo (CALDAS, 1929, p.2) Mas, os "ensinamentos úteis e práticos", contidos nos ABHM, não se destinavam apenas aos círculos científicos ou a setores especializados da psiquiatria, visavam também à massa popular, a qual procuravam orientar no sentido da conservação da saúde do espírito (NOTA..., 1947, p.3). (2008, p.3).

Podemos concordar com essa ideia quando Lobo afirma que os "(...) Arquivos tiveram grande circulação no país, não apenas no âmbito médico, mas com ampla distribuição gratuita em colégios, bibliotecas, hotéis, navios mercantes." (Shechtman apud Lobo 2008, p.121.) Ainda segundo Lobo (ibidem):

Foi, portanto, com afã nacionalista, e participando do entusiasmo pedagógico que redundou na defesa da escolarização de toda a população na multiplicação da rede de ensino no movimento da

Escola Nova, que LBHM iniciou as campanhas educativas e implantou serviços de proteção a infância, como o ambulatório de psiquiatria (“Atas...”,1925,p.148-9).O Objetivo era intervir na família e na criança, e implantar também serviços de fiscalização sanitária nos lares e nas escolas, e exames psíquicos periódicos para, nas palavras de Jose Paranhos Fontenelle, “descobrimto de defeitos, anomalias e doenças físicas que devem ser sem demora corrigidas e curadas, “ensinar às mães como formar os primeiros hábitos de seus filhinhos”, além de organizar o descobrimto e educação dos deficientes mentais(...)(2008, p.123).

Neste movimento, as campanhas encetadas pela Liga de Higiene Mental estabeleceram como fundamental o papel educativo. Para os higienistas, não só a LBHM desempenhava este papel intervencionista, vislumbrando a educação como instrumento regenerador, como também outras instituições de caráter assistencialista e protecionista, a exemplo do Instituto de Proteção e Assistência a Infância, fomentaram a educação como instrumento regenerador e de combate às mazelas sociais. Na linha de preocupação com a constituição de uma sociedade higienizada em especial no atendimento às mães na salvaguarda da infância, a ação do médico puericultor Arthur Moncorvo Filho desde 1899 à frente do Instituto de Proteção e Assistência a Infância, IPAI, constituía-se fundamental. Moncorvo organizou pilares de trabalho que se assentavam na ciência e na filantropia, coligando idéias de proteção e de assistência à infância (CAMARA, 2010 p.159).

Como nos coloca Camara:

Ao propor os suportes científicos a partir dos quais deveram firmar-se a assistência e proteção à infância, o médico idealizador do Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Rio de Janeiro, Arthur Moncorvo filho exortou a emergência em se incrementar ações direcionadas a promover a higiene pública social da criança. Realizar estudos a respeito dos problemas que atacavam a infância doente, maltratada e abandonada do país constituía-se como base para promoção da assistência científica que se pretendia instituir (...) Moncorvo filho desenhou as bases a partir das quais deveria se processar o amparo eficaz às crianças desde sua concepção pelas mães e no transcurso de toda a infância (CAMARA,2010,p.159 -160).

Destinado a amparar a infância por meio de medidas profiláticas pautado em aportes eugênicos, o IPAI constitui diferentes frentes de ação na questão assistencial e protecionista em relação à infância desvalida. Em seu programa geral o Instituto já se dispõe a criar um dispensário para acolher e tratar as moléstias das crianças; uma creche destinada às mães trabalhadoras onde a

criança recebesse atendimento e alimentação enquanto as mães trabalhavam; propõe a criação de um pequeno asilo maternidade para as mulheres grávidas que estivessem nos últimos meses de gestação, zelando pela vacinação, difundindo entre as famílias pobres as noções elementares de higiene infantil. Dentre outras “formas de intervenção concebidas pelo IPAI, além do dispensário, da clínica médica, da creche, estavam o periódico “Archivos de Assistência a Infância”, o Programa de Gota de Leite, do Posto de Socorro e outros que permitem compreender a ação enérgica de amparo e assistência à infância desvalida que o instituto empreendeu “(CAMARA, 2009, p.2-5).

No que concerne à veiculação dos periódicos à época, cabe salientar que ambas as revistas; os “archivos de assistência a infância” assim como os “archivos de higiene mental”, constituíram-se em importantes veículos de propaganda não apenas dos serviços prestados pelas instituições; Liga Brasileira de Higiene Mental e Instituto de Proteção e Assistência a Infância , mas de promoção de uma propaganda educativa, de vulgarização da ciência que nos possibilita compreender algumas articulações entre essas instituições e seus intelectuais envolvidos nas diversas campanhas organizadas com o intuito de propagar a assistência social assente sempre nos preceitos científicos à época difundidos (ibidem).

A leitura desses periódicos veiculados à época permitiu-nos alinhar algumas redes de sociabilidade entre os intelectuais e essas instituições, exemplar neste sentido é a participação do médico Arthur Moncorvo Filho como membro da Liga Brasileira de Higiene Mental e um dos patronos da Clínica de Eufrenia criada por aquela instituição. Sob a direção do Dr. Mirandolino Caldas a Clínica de Eufrenia destinava-se a prevenir as doenças nervosas na infância e corrigir as reações físicas anormais (Archivos Brasileiros de Higiene Mental, Nº 2. 1932, p.65-66)

Segundo Monarcha (2009):

(...) a Liga voltava-se para ações preventivas e terapêuticas, a fim de promover a criação de “bons hábitos mentais” e perfeita adaptação à vida social. À “higiene mental” caberia ajustar as funções psíquicas individuais ao meio social e, com isso, prevenir desequilíbrios geradores de patologias psíquicas. Os quadros dirigentes da Liga pretendiam regenerar as populações desde o ponto de vista mental e moral e promover o aperfeiçoamento biológico e psicológico (2009, p.4).

Dentre as temáticas recorrentes nos periódicos e trabalhos da intelectualidade à época, as concepções acerca dos fatores degenerativos à constituição de uma prole saudável colocavam-se como centralidade. Neste aspecto, a discussão sobre o alcoolismo ocupava um quantitativo significativo de trabalhos veiculados pela Liga Brasileira de Higiene Mental nos ABHM que, possuía nota especial quanto ao assunto, intitulada “Os trabalhos de anti-alcoolismo” para disseminar as campanhas e trabalhos acerca dos malefícios do álcool.

Contudo a temática também constituía grande importância no trabalho já encaminhado pelo médico Moncorvo Filho que a convite da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1927 proferiu uma conferência sobre o referido assunto. Na conferência intitulada “O Alcoolismo Infantil”, o médico enfatizava o trabalho que vinha desenvolvendo já há algum tempo contra a prática do alcoolismo junto às famílias abordando, assim, a problemática sobre a vertente da hereditariedade e confrontando a questão do hábito adquirido acerca do alcoolismo, bem como suas consequências para a infância e para a sociedade em geral.

Enfático, quanto ao trabalho de combate ao alcoolismo, Moncorvo Filho (1927) discorre sobre as possíveis deformidades mentais e físicas que a ingestão do álcool poderia ocasionar no feto e suas consequências para a vida adulta.

Tivemos em nossos livros “Monstros-humanos’ e “Hygiene infantil”, e algumas de nossas conferencias, a oportunidade de demonstrar ser o álcool o responsável por não escasso numero de funestas consequências desde a caducidade do germe e a não viabilidade do feto, e a mais simples ou benignas deformidades, até ás mais graves,- verdadeiras monstruosidades!

A idiotia, a micro e a hydrocephalia, as imperfeições e desvios do desenvolvimento intellectual e moral, até a loucura, a paralysis e as nevróses de toda a espécie, raras não se mostram no heredo-alcoolismo.(1927, p.35-36)

Segundo Moncorvo Filho “o combate ao nefando vicio representa positivamente uma das mais importantes questões de hygiene social e todo (...) empenho deve concentrar-se em imperterrita luta contra tão devastador mal, a começar pelo que diz respeito a infância” (Moncorvo Filho,1927, p.26).

Como indica Camara (2010):

Moncorvo Filho empenhou esforços no sentido de demonstrar que o álcool comprometia, de maneira insofismável, o desenvolvimento da força do trabalho em potencial, mas também da prole quando mãe ou pai fosse viciado. Uma das campanhas instituídas foi a antialcoólica, que se estruturou a partir de princípios capilares organizados, segundo Gondra, em sete núcleos centrais: hereditariedade, mortalidade infantil, alcoolismo adquirido, alcoolismo pelo aleitamento, alcoolismo crônico, alcoolismo e analfabetismo e alcoolismo terapêutico (2010, p.164).

A partir de cartazes de combate ao alcoolismo, conferências e campanhas foram instituídas por Moncorvo Filho e outros intelectuais, articulando programas de combate ao alcoolismo. Essas campanhas tinham a intenção de intervir na família para conseguir erradicar toda ação e efeito degenerativo que o consumo do álcool em demasia provocava em toda sociedade. Abordando questões que associavam o alcoolismo a mortalidade infantil, ao índice do analfabetismo, inserindo-o no lugar de grande flagelo social.

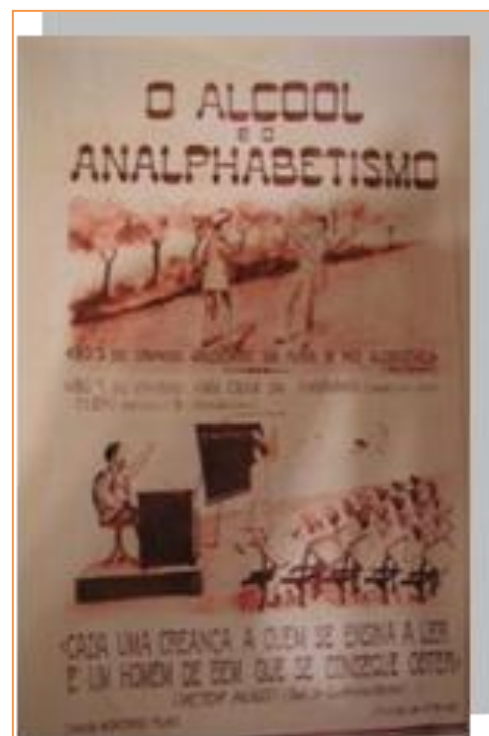


IMAGEM 01:
Fonte: "Alcoolismo Infantil" Filho, Moncorvo Arthur.
Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, 1928.
Acervo do NIPHEI.

1.3 “Contra o alcoolismo: Em favor da higidez mental: a escola na cruzada antialcoólica”

Exmo.Sr.

O grau de prosperidade a que attingiu V.Excia. pelo seu esforço se deve indubitavelmente, a que V. Excia, tem sabido conduzir-se na vida com a necessaria dose de “higiene mental”, sem a qual nenhuma iniciativa poderá ser levada a bom termo.Criterio, actividade, espirito de cooperação, em summa, efficiencia, eis, na verdade, o que constitue a higiene mental para o homem normal, como V.Excia. Sr, entretanto, foi dotado V.Excia. De taes qualidades moraes e intellectuaes, em parte, porque as herdou dos seus progenitores; em parte porque recebeu uma educação adequada a seu temperamento, não ignorará por certo que neste mesmo meio social que V.Excia é um vencedor. (Archivos Brasileiros de Higiene Mental, 1934,p.63)

A passagem mencionada acima é parte do folheto de propaganda distribuído à sociedade durante a campanha intitulada: “A campanha pro-higiene mental: a mais relevante de todas as obras sociaes em nosso paiz.”, promovido pela Liga Brasileira de Higiene mental. Podemos perceber com a leitura deste folheto propagandista que o intuito era incentivar e angariar contribuições à obra da Liga, publicando o nome de seus contribuintes, assim como de estimular a sociedade a perceber a função médica social que a higiene mental traria a população.

Para tal intento são publicadas no decorrer deste folheto de propaganda da “Liga Brasileira” algumas falas de personalidades que apoiavam o trabalho desencadeado pela Liga Brasileira de Higiene Mental, como a do Cardeal Gibbons, marcando o apoio da Igreja Católica ao movimento: “O movimento da higiene mental, com o objectivo de mitigar os soffrimentos e as angustias de tantos infelizes desperta a minha mais alta admiração e merece o meu mais cordial apoio ”(Archivos Brasileiros de Higiene Mental, 1934, p.64). No tocante ao movimento maior a higiene mental, apresentava a discussão sobre os métodos pedagógicos que balizariam todo o trabalho corretivo e preventivo acerca dos males que acometiam prejudicialmente a “higidez” do corpo e da mente dos indivíduos. A preocupação com a formação moral e intelectual do

homem, assim como adquirir “temperança” sobre os hábitos em sua vida social estava colocada.

Neste aspecto, a preocupação com o alcoolismo e o efeito devastador que ele instituía congrega os intelectuais, médicos e juristas promovendo uma cruzada antialcoolismo, como nos aponta o editorial “Brasil Anti-alcoolico” no ABHM corrente do mês de agosto do ano 1930:

Deixou, de há muito, na verdade, o alcoolismo de ser apenas uma doença medica, passando a ser, sobretudo uma doença social. E, como doença social, tornou-se passível de tratamento administrativo por therapeutas sociologos, como são, no regimen vigente, os legisladores e os governos (...) Ora. Justamente no momento actual,o Congresso Nacional acaba de tomar iniciativas do mais alto descotirno, em materia de combate ao flagello (Archivos Brasileiro de Higiene Mental, 1930 Ano III, N°3, s/p).

Ainda segundo o editorial foi a partir do Deputado Araújo Lima que o assunto chega a Câmara dos Deputados, posteriormente sendo encabeçado pelo Deputado Plínio Marques. Uma Comissão Legislativa composta por cinco Deputados, a saber; Professor Afrânio Peixoto e os doutores Jorge de Moraes, Oscar Fontenelle, Samuel Hardmann e Oscar Soares foi organizada para formular um projeto de lei antialcoólica.

Instituída a campanha contra o alcoolismo era preciso criar mecanismos de combate ao ato devastador não apenas dos indivíduos, mas diretamente sobre a perspectiva idealizadora para a época de uma sociedade civilizada, hígida para o trabalho permitindo alinhar o progresso social e o crescimento econômico do país, entretanto muito distante deste objetivo como nos indica Moncorvo:

O álcool estende, de maneira a mais degrandante, seus terríveis malefícios ao individuo, á família e á sociedade. Attrahindo grande massa de creaturas ao seu uso, quase sempre incontido, elle aniquila a prole; é um sem numero devezes um factor de infelicidade, da miséria, da desmoralização e do luto em lares, dantes mui ditosos; é causa indiscutível de despopulação (2); desequilibra a fortuna particular e publica e força a criação de hospitaes, manicômios e asylos (3); torna-se a grande causa de crimes e de suicídios (4); e é, em suma, um tremendo flagello!

[...]

Dest'arte o ethylismo, o grande fornecedor dos cárceres e dos hospitaes, da decadência physica e moral teria, parece claro, de ir diminuindo gradativamente e com isso todos os terríveis males de que póde ser o álcool responsável. Estes conceitos foram perfilhados pela benemérita Liga Brasileira de Hygiene Mental que se mostrando adepta da campanha contra o álcool como bebida, propaga a sua

substituição, em prol da economia do país, pelo álcool industrial, sobretudo como sucedâneo da gasolina. Este seria o recurso de, sem tolher a liberdade do comércio e a individual, ao lado de uma propícia educação popular, ir pouco a pouco reduzindo ao mínimo o vício abominável. As leis radicais são muito dificilmente executadas nos povos, como nosso, habituado a uma illimitada licença attingindo não raro á demasia. (Moncorvo Filho, 1927, p.27-29)

O mais importante ou central instrumento de combate ao alcoolismo era a educação. O Professor Erasmo Braga à época titular da Seção de Educação e Trabalho Profissional da Liga Brasileira de Higiene Mental, apresentou na sessão antialcoolismo da II Conferência Latino Americana de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal realizada em São Paulo no ano de 1931 a comunicação “A Escola na Cruzada Anti-alcoolica”. Neste trabalho defendeu que o ensino antialcoólico deveria indubitavelmente estar articulado ao programa geral de educação sanitária nas escolas, uma vez que o alcoolismo anunciado como problema de ordem social deveria ser tratado com devido rigor pela escola e sua respectiva didática escolar.

Na visão de Erasmo Braga, a noção moderna de que os processos didáticos não poderiam se limitar apenas a transmissão de informações, tinham também de vislumbrar a formação do indivíduo para viver e construir caráter, destacando a “função social da escola”. (Archivos Brasileiros de Higiene Mental, 1930, p.271).

Conforme Braga (1930):

Esboçando um esquema de ensino da saúde, é mister desdobrar o processo educativo de modo a assegurar a consecção de objectivo quadruplo- informação exacta, formação de hábitos, correção de defeitos e acultura de um ideal de capacidade física para bem viver. E' claro que o esquema proposto articula a educação sanitaria no estudo do meio ambiente, interessa profundamente a constituição da familia e a vida domestica, e encontra expressão nas formas de recreio físico, mental e espiritual, que completam o cyclo educativo. Em um programma de educação, organizado scientificamente sobre o quadrilatero de Jesse Jones, o ensino antialcoolico nas escolas entrará primariamente como um dos elementos integralizadores da noção de saúde. A sciencia fornece ao professor os dados para que este formule pedagogicamente a informação de que o alcool é prejudicial aos seres humanos. (1930, p.272).

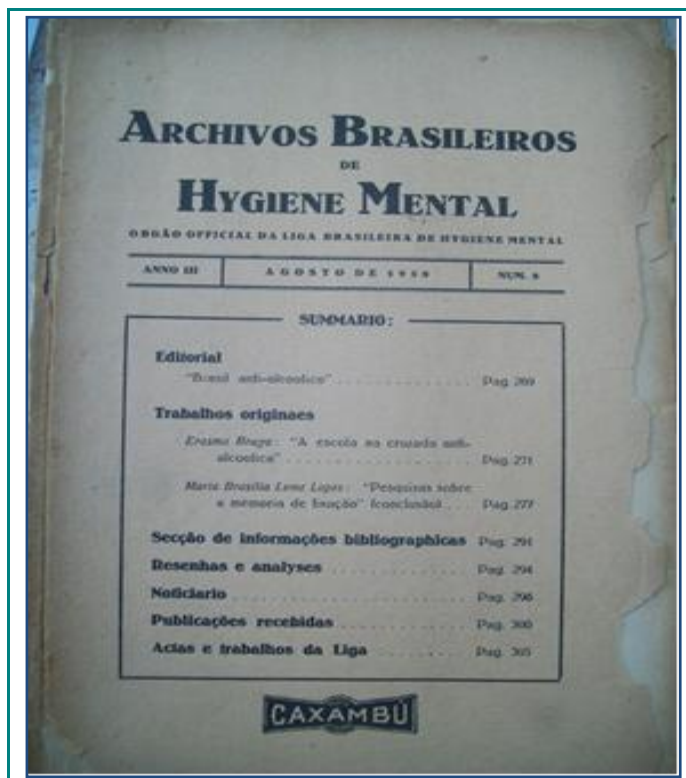


Imagem 02

"Archivos Brasileiros de Higiene Mental" Ano III, 1930.

Fonte: Biblioteca de Manguinhos. FIOCRUZ.

Segundo Braga (1930 p.273) na discussão que empreende os rumos da Escola Nova ou escola ativa, a educação sanitária e nela a educação antialcoólica não poderia apenas constituir-se de um tópico à parte inserido no programa geral de educação sanitária, mas “dada a predominancia do alcoolismo no quadro das relações sociaes, é facil de vêr que a escola activa terá de dar ao ensino anti-alcoolico um lugar de relevo no conjuncto do trabalho didactico...”(ibidem).

Entretanto, o autor ressalta que o tratamento da temática nos livros didáticos deveria refletir o espírito científico contemporâneo às propostas de combate do alcoolismo à época. Enfatiza a pobreza com que os livros sobre educação sanitária nas escolas abordavam o assunto, numa perspectiva muito mais sobre os efeitos patológicos das bebidas alcoólicas, do que propriamente da necessidade de discutir os aspectos sociais negativos que a ingestão desregrada do álcool ou mesmo em doses moderadas interferiam para a sociedade em geral.

A formação da mentalidade temperante nas gerações novas vae ser exigidas pelas condições de insegurança da vida, desde que o motorista, o machinista ferroviario, o aviador alcoolisado constituem uma ameaça constante à vida humana. Os progressos da Legislação social vão exigindo do operario habil os costumes temperados, porque para contar-se com o trabalhador, para que elle não se mutile na machina que opera, tenha visão nitida, memoria viva, mãos firmes, trabalhe, cumpre que seja sobrio. O ensino anti-alcoolico será pois activista, na escola nova, e o livro escolar terá somente os themes que apelam para o instinto de conservação. Deverá criar no alumno o ideal de servir, servir bem, para o que deverá elle corrigir os defeitos de sua alimentçãõ, conservar-se hygido, physicamente capaz de trabalho intelligente, para attingir os ideaes da vida moderna, (...) A escola em nossa terra, e o seu texto didactico, não realizam mesmo em parte estes ideaes. O seu centro de interesse é a *materia*, a disciplina a ensinar, de si inerte e morta. A Escola que forma gente para bem viver tem por centro o alumno, ser vivo com sua personalidade em plena evoluçãõ. Ainda assim, sem o contacto real com a vida, que terá quando os nosso (sic) ; dirigentes; do ensino fizerem da criança o verdadeiro objectivo da educaçãõ, é ahi que está a maior possibilidade de formar nas gerações novas uma mentalidade, a extirpaçãõ de uso; sociaes e de preconceitos em que se acastella a intemperança. As gerações velhas são difiçil campo de propaganda para as ideas novas. Na cruzada para o rejuvenescimento do Brasil pela educaçãõ das massas, cumpre collocar o ensino anti-alcoolico em seu *setting*, proprio, no processo de educaçãõ popular (...) (BRAGA, 1930, p.274-275).

Na discussão levantada por Braga é possível identificar a presença dos ideais escolanovistas propagados à época, enfatizando o lugar da escola para além dos conteúdos das disciplinas escolares, mas fundamentalmente da sua responsabilidade educativa e formativa para o social, principalmente pela ênfase dada à formação do caráter e da moral dos alunos. Conforme Camara (2010, p.137) a ampliação do papel da escola envolvia para além da sua função educativa concebê-la como produtora de novos saberes [...] “através dos quais pretendia interferir para mudar o meio social de onde as crianças provinham. Pretende-se conceber a escola indissociável da vida da criança (2010,p.137).

Como defende Erasmo Braga; saúde, meio, lar e recreio são elementos essenciais que a educação deveria congrega; entendendo que a escola é o laboratório por onde passam e se constroem as reformas sociais e como tal é responsável pelo papel educativo no ensino antialcoólico.

Neste aspecto, podemos destacar a fala de Anísio Teixeira, que ocupando o cargo de Diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro no período que compreende os anos de 1931 a 1935 defende o lugar da escola para além dos conteúdos didáticos. Trata-se de um fragmento extraído do “Boletim de Educação Pública” respectivo ao ano 1932, onde Teixeira aborda alguns aspectos acerca da finalidade da escola-nova ou escola ativa, incitando pensar nas perspectivas em torno da reconstrução dos programas escolares à época. Corroborando do ideal de ensino que Braga apresenta, em Conferência realizada na Escola Nacional de Belas Artes, por ocasião da 4ª Conferência Nacional de educação, apresentando as diretrizes da Escola Nova, enfatiza Anísio:

A larga experiência escolar do século XIX, os estudos sobre a criança e o próprio carácter de nossa civilização vieram demonstrar que, não somente os objectivos collimados pela escola tradicional não eram real e effectivamente atingidos, como ainda que as novas condições estavam a exigir a transformação da própria finalidade de escola.

[...]

Aprender não significa somente fixar na memória, nem dar expressão verbal e própria ao que se fixou na memória. Desde que a escola e a vida não mais se distinguem, aprender importará sempre em uma modificação da conducta humana, na aquisição de alguma coisa que regie sobre a vida e, de algum modo, lhe enriqueça e aperfeiçoe o sentido.

[...]

Ao lado a lição que se quer ensinar, vão-se também e simultaneamente ensinados hábitos, disposições e atitudes, que têm maior importância educacional do que o objectivo original do ensino (TEIXEIRA, 1932, p.6-8).

Nesta linha de pensamento, que a intervenção de “programas” como o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (S.H.O.M), elaborado pela Reforma Educacional empreendida por Anísio Teixeira na cidade do Rio de Janeiro, capital da República visava penetrar na escola, defendendo a importância da escola ser pensada e organizada cientificamente. Exemplar nesse aspecto que o serviço teve como idealizador e diretor o médico e psiquiatra Arthur Ramos, também em ocasião membro da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM).

Afiança-nos Arthur Ramos que pensar a escola no movimento da Escola Nova era concebê-la como um “um centro de grande atividade social, centro de coordenação e de disciplina, onde se aprendem, não só as matérias

instrutivas, mas as disciplinas de vida” (RAMOS apud, MONARCHA, 2009, p.4).

Concretiza-se, então, pela Escola Nova e seus reformadores um movimento marcante de renovação das idéias pedagógicas, no que concerne a constituição de métodos e práticas educativas. Podendo ser observado o lugar de centralidade colocado para se pensar não apenas os rumos da educação pública no Brasil, mas também de problematizar as questões sociais que, segundo esses intelectuais, paralisavam o progresso nacional do país e sua constituição como nação moderna e civilizada (VEIGA, 2007, p.273).

Imprimi-se uma tentativa de desenhar-se um novo panorama social, o de modernização, exemplar. Neste sentido, especialmente nos anos de 1930 o governo instaurado pelo político gaúcho Getúlio Vargas com o rompimento de um governo coronelista, oligárquico, imprimisse “[...] a possibilidade de empreender novos projetos para o país em todas as áreas principalmente a da educação” (GARCIA, 2006, p.8).

Nas palavras de Garcia (ibidem) no governo oligárquico as políticas sociais no campo educacional eram praticamente inexistentes, a ausência do Estado se fazia transparecer e, em consequência à esse Estado negligente várias revoltas sociais eclodiram no país, a exemplo de Canudos, no Norte da Bahia e a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, dentre outras revoltas oriundas de diversos setores da sociedade brasileira. Neste sentido, nos afirma Garcia que “a educação como parte das políticas sociais estava abandonada, o acesso a ela ainda era algo muito raro, para a maioria das populações pobres do campo e da cidade.” Apenas a partir da década de 20 que a educação é pensada e estimulada como fator de progresso e de controle (ibidem).

De acordo com Stepan (2005, p.173) “o regime Vargas ampliou o poder do Estado para gerenciar e controlar grupos socialmente problemáticos, como os doentes mentais, as prostitutas e os delinqüentes juvenis.” Explicita-nos Stepan (ibidem) que por um lado, esse controle se deu pela idéia debatida pelo especialista Leonídio Ribeiro de se organizar um sistema estatal de carteiras de identidade no distrito federal, o Gabinete de Identificação da capital federal é criado 1933 por Ribeiro atuando em consonância com o chefe de polícia da cidade à época, Felinto Muller, o intuito era “atualizar” e introduzir técnicas científicas de identificação e tratamento dos criminosos patológicos no Brasil.

Para Garcia (2008) o período Vargas iniciou o que muitos autores definiriam como uma modernização autoritária, pois “visava-se romper com o presente e o passado agrário-exportador e promover a industrialização do país através da forte intervenção do Estado planejando e executando políticas industrializantes” (2008, p.6).

Ainda podemos identificar com Stepan (2005, p.177) que o período Vargas intensificou suas políticas pela promoção de um espaço de experimentação institucional com a criação importante de alguns órgãos federais como o Ministério do Trabalho. Torna-se expressivo, segundo Stepan, perceber como a eugenia alinha-se ao Estado Novo na década de 1930 no sentido de formular concepções de raça e nacionalidade, propiciando relevância à temáticas de cunho eugênico, propugnando a higiene; a discussão racial, permitindo o controle sobre a imigração e a constituição de novas legislações trabalhistas. Vislumbrando a contribuição da ciência eugênica como garantia para o Estado na constituição de trabalhadores aptos. Assim, “[...] palavras como eugenia, “eufrenia” e “disgenia” pontilhavam a paisagem institucional, especialmente nos campos ligados ao bem-estar infantil e materno” (ibidem, p.177-178). Para a autora abre-se um parêntese especialmente na década de 1940, pelo fato de nesse período podermos localizar um deslocamento eugênico que retoma as preocupações com as questões relativas à infância reforçando seus cuidados, atribuindo ênfase à puericultura.

Apointa-nos Gomes (2003, p.151) “que, apesar da forte influência católica, o que se assiste a partir dos anos 1930 é uma crescente afirmação da escola como instituição especializada na socialização da criança, sobrepondo-se à família, às igrejas ou a quaisquer outras iniciativas de entidades (...)”. É nesta linha de preocupação, assinalada pelos debates da Escola Nova e sobre os ideais de educação, enredado pelas políticas sociais e educativas vigentes, que em ocasião da “reforma anisiana” é criado o primeiro Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental com atuação nas escolas de ensino primário do Distrito Federal sob iniciativa do médico e psiquiatra Arthur Araújo Pereira Ramos, idealizador e coordenador desse serviço (GARCIA, 2006, p.64).

Conforme Garcia (2006) a reforma de educação na cidade do Rio de Janeiro presidida por Anísio Teixeira traz no esteio de suas propostas de

mudança para o ensino o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, como parte das preocupações daquela reforma. (ibidem).

Capítulo II

O Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental nas escolas primárias do Distrito Federal.

Ao direcionar o foco de atenção sobre as crianças, especialmente as que não se encontravam incorporadas às famílias estruturadas e ao mundo escolar, setores da sociedade, a exemplo dos médicos e juristas, pretenderam agenciar esforços na definição de estratégias racionais e científicas na decifração da criminalidade, do abandono e do desvio das crianças. Esses problemas não se restringiram à Capital do país. Outras cidades brasileiras foram palco de iniciativas destinadas a atuar sobre as causas e os seus efeitos propondo, para isto, profilaxias apropriadas para a sua cura (CAMARA, 2010, p.112)

2.1. Articulada as práticas pedagógicas: a higiene mental nas escolas públicas do Distrito Federal (1933-1934).

Conforme Veiga (2007, p.260), “a idéia de reordenar a população, introduzindo novos hábitos condizentes a uma sociedade civilizada integrou a mentalidade republicana.” Entretanto, esse movimento não se deu de maneira isolada, Veiga nos aponta que as reformas urbanas em fins do século XX desempenharam um papel significativo para a incorporação desse ideal de reordenação balizados no higienismo, na eugenia e no civismo para a organização dessa escola republicana. Para a autora “a difusão das concepções higienistas e eugênicas e sua aplicação na rotina escolar revelam uma nova concepção de infância, a criança como objeto de experimentação e especulação científica”.(VEIGA, 2007, p.264).

Segundo Veiga, (2007, p.272.) “na concepção dos escolanovistas, mudar o ser humano significava dotá-lo de condições para o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades, sendo a escola o lugar primordial de favorecimento da formação do novo homem”. A escola como lugar anunciado de favorecimento a constituição de homem e de civilização, precisaria estar organizada em consonância com o discurso científico em voga à época.

Para tal intento, conformaram os preceitos e conteúdos pedagógicos, alinhando-os as ciências, como: a biologia e a psicologia. A aliança entre essas áreas teria como objetivo subsidiar a educação a partir das novas demandas sociais que surgiram (ibidem). Nesse movimento, o crescente processo de urbanização e salubridade das cidades, contrapondo-se ao enorme fator de risco para o crescimento econômico e social da capital, que consistia mendicidade, a mortalidade infantil, a vadiagem, a promiscuidade dos indivíduos, os hábitos e vícios, tencionou imprimir uma nova organização não apenas pedagógica para o espaço escolar mais de implantação das políticas sociais em constituição pela intelectualidade à época. Na perspectiva de combater e extinguir tais “mazelas sociais”. De acordo com Camara “através de uma renovação pedagógica e social esperavam poder construir “as defesas”

necessárias contra os malefícios provenientes da vida desregrada a que estavam expostas as crianças” (2010, p.133).

Como nos afiança ainda a autora, podemos perceber que, visando uma ação tutelar por parte do Estado a “tônica discursiva” dos médicos e intelectuais à época penetrava no espaço escolar regando “parâmetros higiênicos”, sistematizando uma intervenção médico pedagógica, intervindo quanto à organização das salas de aula, a constituição dos prédios escolares, a criação dos jardins de infância e em toda conjuntura social (Ibidem, p.175).

Para Veiga (2007, p.269), “a psicologia e a biologia tiveram extrema importância na discussão de novos métodos de ensino, na organização das classes escolares e no conhecimento das aptidões dos alunos da sua condição física e emocional.” Nesta perspectiva, nos afiança Veiga que (2007, p.272) “também as reformas educacionais empreendidas nas décadas de 20 e 30 tentaram revelar a escola como lugar preponderante para o progresso da nação.” Dentre essas reformas que estimularam a escola como espaço de incentivo ao progresso, destaca-se a reforma de instrução pública realizada pelo então, pioneiro no movimento escolanovista, Anísio Teixeira. Ressalta-se no trabalho de Anísio, como Diretor de Instrução Pública no Rio de Janeiro, entre o período de 1930 e 1935, a criação do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE) – e nele a seção intitulada Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental sob a direção do médico psiquiatra Arthur Ramos.

Sinaliza-nos Sircilli (2005, p.187) que “foi no âmbito dessa reforma de ensino conduzida por Teixeira que Arthur Ramos foi para o Distrito Federal, convidado a assumir o cargo de chefe da primeira clínica de higiene mental no Brasil e, possivelmente da América Latina (...)”. Nas palavras de Ramos (1949, p.26) “A Secção de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais, foi fundada em virtude da Reforma “Anísio Teixeira” do Ensino Municipal de setembro de 1933 e instalada a janeiro de 1934.”

Para Ramos (1949, p.26) a criação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (S.O.H.M) era pioneira no Brasil pois articulava-se diretamente a tarefa pedagógica nas escolas alinhada a um projeto de reforma educacional.

Importante salientar que Arthur Ramos prestigia a iniciativa encetada pela Liga Brasileira de Higiene Mental em 1932, com a criação da Clínica de Eufrenia. Entretanto, ressalta que “coube, porém, ao Serviço, a prioridade do

reconhecimento oficial da instalação de clínicas de higiene mental nas escolas públicas do Rio de Janeiro.” (RAMOS, 1949, p.26.) Localiza-nos Monarcha (2009) que o termo Eufrenia foi proposto por Mirandolino Caldas que a subdividiu nas seguintes especialidades: “eufrenia genealógica” estudo dos antecedentes psiquiátricos e psicológicos; e “eufrenia médica-pedagógica” — formação da “boa cerebração” desde a “fase evolutiva intra-uterina. (2009, p.5).

Anísio Teixeira no prefácio da obra “A criança problema” de Arthur Ramos o seu entusiasmo se faz presente. Teixeira é enfático quando ao falar da ação do serviço exemplifica a partir dele a indispensável aliança que deveria se estabelecer entre ciência e educação, onde o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (S.O.H.M) com ação voltada inicialmente para as escolas partidárias da psicanálise seria exemplar no intuito de corroborar para uma “educação moral científica”(RAMOS,1949, p.09)

A secção de ortofrenia e higiene mental era uma mudança de plano. Era um ensaio de educação moral científica. Era uma tentativa de controle de conduta humana. Era, francamente, uma aventura para o dia de amanhã. Em nenhum outro serviço, afirmávamos mais vigorosamente a nossa confiança na ciência. Você deu à sua obra o tom de amena e pacífica austeridade, afirmando com cautela, pedindo com delicadeza e enchendo todo o serviço de uma esperança tranqüila e ilimitada!...Parece hoje inacreditável que tenha havido no Brasil um serviço regular de ortofrenia e higiene mental” (RAMOS,1949, p.9).

Segundo Arthur Ramos (1949) as clínicas ortofrênicas anexas às Escolas Experimentais fundadas em 1934 funcionaram por dois anos. A primeira “Clínica de Hábitos” de atendimento aos pré-escolares foi criada com a colaboração da diretora Consuelo Pinheiro e professora Marília Hasselmann Rosa e Silva. O desejo era que o serviço passasse da fase de experiência e propiciasse pelos excelentes resultados obtidos sua continuidade “[...] a todas as escolas do Distrito Federal, com a fundação de Clínicas Ortofrênicas para escolares e Clínicas de pré-escolares bem orientadas cientificamente” (RAMOS, 1949, p.28).

De acordo com Monarcha (2009), sobre o adjetivo de “psicoclínicas” estavam os modelos de clínicas de intervenção psicológica, ortofrenista e higienista que priorizavam a sua ação na infância. Neste sentido, perspectivas eram direcionadas aos jardins de infância, no trabalho de direção, ação

corretiva e preventiva desse público escolar. Ao buscar os antecedentes das “psicoclínicas” pode-se verificar de acordo com Monarcha (ibidem), que essas “psicoclínicas” de cuidados com a infância surgem na Europa e nos Estados Unidos paralelamente com o processo de obrigatoriedade do ensino escolar. Assegurando que, o objetivo se dava pela tendência, ainda naquele período, de conceber “a instituição escolar” como espaço de disciplina moral que possibilitava normalizar a natureza infantil. Sendo assim, o objetivo dessas “clínicas de hábito” ou de “reorientação infantil” consistiria em um movimento “[...] de extensão do ensino elementar buscando detectar possíveis distúrbios que prejudicassem a aprendizagem escolar” (MONARCHA, 2009, p.3).

Conforme Monarcha (2009) no Rio de Janeiro o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental implantou no Distrito Federal seis “Clínicas Ortofrênicas anexas às escolas. Essas eram partidárias da psicanálise, especialmente pautadas nos referencias de Freud, Adler e Melanie Klein, da antropologia social de Franz Boas e Levy-Bruhl. Para Monarcha, Arthur Ramos estaria “determinado a intervir nos meios familiares e escolares, para remover ou mesmo atenuar os bloqueios que impedem o florescimento da personalidade infantil livre de inibições e distúrbios neuróticos” (2009, p.6).

Contudo, podemos identificar na fala de Arthur Ramos uma clara distinção entre o trabalho sociológico e psicológico proposto do ponto de vista da higiene mental. Esclarece que à higiene mental caberia indagar as repercussões que os círculos sociais, a exemplo da família e da religião, poderiam interferir na constituição da personalidade humana. Entretanto sinaliza que o estudo detalhado dessas instituições e agrupamentos sociais caberia à sociologia. O que a higiene mental se dispõe, segundo Ramos (1949, p.40-41) é estudar os fatores culturais e sociais que condicionam o comportamento humano, uma vez que o homem é produto da sua cultura e sociedade. Ainda segundo Ramos (1949):

Nestas clínicas de hábito são estudadas principalmente as bases fisiológicas da personalidade, as atividades instintivas primordiais, como fome, a sede, as funções de eliminação, o sono o repouso, atividades de sexo, as primeiras manifestações emocionais e afetivas, o desabrochar da inteligência. O higienista mental orienta essas funções na formação de hábitos normais, corrigindo os precoces desajustamentos encontrados (1949, p.23-24).

De acordo com Garcia (2008, p.1), no princípio o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental foi idealizado para assistir aos alunos das escolas públicas considerados pelos professores e diretores como alunos incapazes de aprender. Estes alunos eram encaminhados pelas escolas e submetidos a testes médicos, psicológicos, vocacionais dentre outros que diagnosticariam o comportamento da criança, indicando possivelmente algum distúrbio de caráter orgânico que inviabilizasse seu desenvolvimento intelectual na escola.

Entretanto, sinaliza Ramos (1949, p.24) que o trabalho com a higiene mental nas escolas primárias do Distrito Federal apontou para a necessidade de investigar o meio social em que aquelas crianças estavam inseridas, ou seja, seu contexto familiar. Pois o que se verificou foi que as crianças consideradas “anormal escolares” encaminhadas ao serviço não apresentavam nenhuma debilidade grave de natureza física ou congênita que as impedissem a permanência com os demais estudantes nas escolas públicas do distrito federal.

O que se pode observar foi o encaminhamento das crianças que apresentavam comportamentos e hábitos inadequados, como mentir, fugir, roubar, o que Ramos; caracterizava como características de uma “pré-delinquência infantil”. Na perspectiva de Ramos esses comportamentos constituíam-se em ações oriundas de uma estrutura familiar considerada “desajustada”, desordenada por uma ordem de fatores que favoreciam a prática desses atos delinqüentes praticados pelas crianças, jovens e na vida adulta acabando por eclodir no espaço escolar, como indica Ramos:

As causas geradoras de problemas se ampliaram de maneira trágica, no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar estão as condições criadas pela própria guerra, o que pela segunda vez neste século, veio convulsionar o mundo e complicar o problema dos ajustamentos, pacíficos entre os homens. Em seguida estão as próprias condições deficitárias, no Brasil em especial no Rio de Janeiro. Crise alimentar. Crise de Habitações. Índices assustadores de mortalidade e morbidade infantis. Fatores deficitários em todos os sentidos, que vieram complicar tremendamente o problema da assistência aos menores [...] Nunca a higiene mental teve que lidar com tantos primários, que converteram a capital do país, num grande feudo urbano, desprotegido e entregue a sua própria sorte. Com razão se poderia achar uma atividade desnecessária ou inócua. Um serviço mental que tivesse essas causas próprias, tão grosseiras e tão deprimentes. (RAMOS, 1949, p. 8).

Esses problemas de ordem primária enfatizados pelo autor perpassam a vida cotidiana da infância e da família brasileira, constituindo-se em foco de estudo para alguns higienistas. Para Ramos era importante se considerar o papel que as condições sociais de habitação, de saúde desempenhavam na vida da criança ou adolescente, ressaltando a habitação como primeira referência social para a criança. Entretanto o papel da habitação e as suas condições no reflexo familiar, mesmo dada relevância na visão de Arthur Ramos, não era tratada por ortofrenistas e educadores com devida análise e consideração frente a tantas possibilidades de interferência no contexto familiar e social.

Segundo Garcia (2008), a principal função da higiene mental na visão de Arthur Ramos era atuar de forma terapêutica, cuja primeira intenção era “prever futuros casos de “desajustes” e traumas” difíceis de reversão e “em última instância a função maior do movimento higienista aplicado à saúde mental era prever e tratar dos sintomas ligados à perturbações mentais”. (2008, p.2).

Podemos nos apropriar desta idéia de preservação e correção da infância através da intervenção nos lares, conhecendo os possíveis núcleos de desajustamento dessas crianças, cuja metodologia de identificação das crianças observadas pelo Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (S.O.H.M) propiciava a descrição da vida no lar e na escola constatando as diversas formas de violência infantil que tornavam essa infância “escorraçada” pela família e pela própria escola. Esclarece Garcia (2008) que “o próprio termo ortofrenia tinha a conotação de “corrigir” ou “consertar o que estava torto” (2008, p.2).

Em pleno Distrito Federal, as nossas fichas do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental ainda consignam coisas como estas, em plena população da capital: castigos por pancadas, bordoadas, sôcos, bofetões, espancamentos com pau, chicote, cabo de vassoura, tamanco, correia, tábua, prisão em cafuas, amarrar a criança no pé da mesa, despir as calças da criança para impedi-la de sair de casa... A escola rural brasileira tem sido uma enorme experiência de sadismo. Em certos meios, a palmatória é ainda a regra. (...) Uma informação que o Serviço recebeu consignava o castigo da bola de cêra, que teria sido usado no interior de S.Paulo, e que, consiste numa bola de cera presa a uma vara por um barbante; o professor vibra aquêle estranho chicote na cabeça da criança que merecera o castigo e na maioria das vêzes a bola de cêra gruda-se a uma mecha de cabelos de cabelos, arrancando-os (RAMOS, 1949, p.80).

Salienta Ramos (1949, p.42-43) que a corrente higienista que estudava o papel da habitação na infância apontava para a idéia de que: “a casa onde a criança passou os primeiros anos da sua existência está associada às suas primeiras impressões da vida. “A casa é para a vida da família o que o corpo é para a vida individual”(ibidem). Cabe salientar que, os estudos acerca da interferência das condições de habitação na vida social da criança foram desde o século XVIII alvo das prescrições eugênicas e higiênicas da medicina social (COSTA, 1999,p.112).

A medicina social percebia que a urbanização forçava a mudança da família e que o Estado apoiando a expansão da saúde pública, lhe havia creditado uma certa confiança que competia explorar até onde fosse possível . A intervenção na casa respondia, em parte, a esta movimentação estratégica. Encarregando-se da transformação higiênica do continente familiar, os médicos ganhavam terreno, ocupavam espaços vazios, tentavam apresentar-se como uteis necessários, indispensáveis à sanidade de todos os locais físicos e sociais do universo urbano. (COSTA, 1999, p.114)

Torna-se imprescindível, então, intervir não apenas sobre o aspecto físico e mental do indivíduo, mas também ajustar os lares instruí-lo sobre os padrões de comportamento, de civilidade, de saneamento, de moralidade, começando pelo núcleo que compõe a primeira estrutura social que cerca a criança, a família.

Neste intento, buscando imprimir uma análise do contexto individual acerca do cotidiano das crianças observadas, as fichas organizadas pelo Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, o S.O.H.M “indagam não só do aspecto material da habitação, como o aspecto psico-social” (RAMOS,1949 p.43).

No aspecto material, são levados em conta: a localização, o aspecto e o tipo de habitação (favela, barracão, apartamento, “vila”, loja, cômodo, bangalô, palacete...), número de quartos, se há acomodação para a criança, jardim ou pátio para brincar, vizinhança, condições de higiene física (aeração, iluminação...). Do ponto de vista psico-social, indagamos da vida no lar, hábitos familiares, passeios habituais, vida matrimonial, visitas em casa (ibidem).

De acordo com Monarcha (2009, p.6) as Clínicas Ortofrênicas para avaliar o estado físico e mental dos escolares disponibilizaram equipes técnicas compostas por professores, assistentes sociais, professores-visitadores, psicólogos (denominados à época psicologistas), médicos clínicos e psiquiatras.

No decorrer do seu livro “A criança problema: a higiene mental na escola primária”, Ramos detalha algumas dessas fichas que norteavam o trabalho do Serviço de Ortofrenia, resultado de cinco anos de observações em algumas escolas públicas do Distrito Federal, a saber: Escola Trompovski (São Cristóvão), Escola Argentina (Vila Isabel), Escola Estados Unidos (Catumbi), Escola Barbara Ottoni (Maracanã)⁴, Escola Manuel Bonfim (Del Castilho) dentre outras, computando num total de 2000 crianças observadas. Essas escolas eram chamadas de Escolas Experimentais por “designar iniciativas escolares e pedagógicas que não se enquadravam nas formas convencionais previstas na legislação em vigor” (SIQUEIRA; COUTINHO; PORTILHO, 2011, p.4). Conforme as autoras as escolas experimentais estariam diretamente ligadas à figura de Anísio Teixeira pela necessidade de conceber a educação através da aplicação do método e do conhecimento científico, percebendo a necessidade de aplicar à escola o método experimental.

Segundo Siqueira, Coutinho e Portilho (2011), Anísio se preocupava com a constituição de um saber pedagógico, “que deveria ser assimilado pelos educadores para implementar na prática uma mentalidade moderna em matéria de educação”.

Buscando o conhecimento sobre o contexto social e familiar das crianças; hábitos, vícios, comportamentos e personalidades dos pais e familiares, condições de habitação e vida escolar “as equipes técnicas do Serviço de Ortofrenia atuaram a partir do “método de observação poligonal””. Registrando na “Ficha do Serviço” descrições qualitativas, narrativas biográficas, questionários, medidas objetivas, dados obstétricos da mãe, condições de moradia, dados antropométricos, “fachada” temperamental e caracteriológica das crianças analisadas (MONARCHA, 2009, p.8). Método de observação poligonal, pois se valia de todas as informações advindas da família, dos pais, professores e demais envolvidos na vida social da criança em questão.

⁴ Em especial a escola Bárbara Ottoni é a primeira escola experimental instalada no Rio de Janeiro, à época, em seguida foi criada a Escola Manuel Bonfim e as demais. (SIQUEIRA, COUTINHO, PORTILHO, 2011, p.4)

Vejam os como exemplo desta metodologia de trabalho, dentre as inúmeras fichas trabalhadas por Arthur Ramos, a ficha nº 347 de uma criança de oito anos da Escola Estados Unidos:

Obs.2 (Escola "Estados Unidos", ficha nº347 do S. H. O. M.).
W.I., menino de 8 anos, cor branca. O pai, português, analfabeto, trabalha na roça, alcooliza-se com frequência. A mãe, portuguesa, lavadeira, não goza de boa saúde; queixa-se do marido, que a teria contaminado com uma doença venérea. 8 irmãos, 7 do sexo masculino, 1 do feminino. Moram em barracão de madeira, situado em morro, sem acomodações para a criança, que dorme no chão, na sala, com dois irmãos. O menino trabalha em casa, carrega água, leva roupa aos freguêses da mãe. Há brigas constantes em casa por causa do alcoolismo paterno. O pai espanca a mulher e os filhos tocando-os muitas vezes para fora, para o mato. Sub – alimentação. O menino desenvolveu-se com dificuldades. Não goza de boa saúde. Tem muito medo da escuridão e do isolamento. Na Escola, é parado, desatento, triste, insociável. Aprendizagem má. Pesa 21K800, tem 1m20 de altura. O exame orgânico revelou o seguinte: lues congênita; verminose; anemia secundária; fadiga; sub-nutrição. Do seu registo de observações:
"1936- Queixa-se muito do ambiente e da vida de casa. Apanha muito do pai que quando bebe, faz cenas escandalosas. O menino profere muitas palavras obscenas na Escola; é muito malicioso... Costuma fazer desenhos, onde há com frequência as figuras de uma criança e do pai a bater-lhe com uma correia...(RAMOS, 1949, p.44-45).

Nesta ficha de observação Ramos identifica e descreve de maneira minuciosa o cotidiano da criança indicando os elementos essenciais para a tarefa corretiva e preventiva que o serviço orientava. Não podemos deixar de aprofundar o problema social que se tornou o alcoolismo, discussão recorrentemente apresentada nestas fichas, assim como também da contribuição de outras doenças como a sífilis para a conformação de diferentes quadros de debilidade física e intelectual nas crianças. Para Ramos:

A compreensão afetiva dos problemas da criança é o primeiro passo para a sua correção educativa. O papel socializante da Escola, alias, deve começar muito precocemente, como já vimos no caso das crianças mimadas. Os jardins de infância e as clinicas de pré-escolares, oferecem oportunidades, compensações às crianças de lares desajustados, corrigindo, socializando, desde cedo, os seus atos de agressão, a deficiência do seu "sentimento de comunidade. (RAMOS, 1949, p157-158).

.2.2 Prevenção e correção dos desvios sociais: o trabalho da higiene mental, perspectivas para a infância.

Uma das questões apresentadas por Arthur Ramos (1949) na introdução da obra “A criança problema” é a ampliação, ou mesmo, a idéia de um novo direcionamento de trabalho com a higiene mental, não mais contemplando apenas a finalidade inicial: contestar o atendimento dispensado aos deficientes mentais à época. Pautado apenas no estudo e afastamento das causas que conduziam à alienação mental. Logo os objetivos se ampliariam, pois não davam conta das especificidades acerca dos múltiplos aspectos sociais que atravessam as formas de conduta da vida humana. Conforme Ramos (1949) tornou-se necessária “(...) uma mudança de eixo: da cura das psicoses à prevenção da doença mental; da assistência ao alienado à proteção do homem “normal”, no estudo largo dos seus desajustamentos psico-sociais (1949, p.21)”.

Para Lima (2006) esse novo plano de trabalho com a higiene mental assim como o próprio movimento de instalação das clínicas ortofrênicas, clínicas de hábitos anexas às escolas primárias no Distrito Federal contribuíram para a ampliação dos saberes sobre os desvios de personalidade das crianças. Aludindo a seguinte questão:

Não se tratava mais apenas de estudar as anomalias de conduta e elaborar recomendações higiênicas aos delinqüentes internados ou aos deficientes impedidos de freqüentar as escolas regulares, mas sim de orientar essas atividades em direção ao filho ou ao aluno comum; aquele que freqüentava a escola pública e eventualmente poderia apresentar algum tipo de desajustamento em relação ao normal esperado. Tratava-se, sobretudo, de buscar prevenir esses desajustamentos mediante as intervenções dos especialistas junto às famílias das crianças. (LIMA, 2006 p. 135-136)

A importância de conceder centralidade à ação preventiva nos instiga pensar na força desse discurso preventivo, profilático, instituído à época pelos médicos higienistas. Nas diferentes frentes de ação de trabalho com a higiene, alerta-se para intervenção política por parte do Estado, principalmente em relação à infância ainda carente de uma assistência científica organizada, tanto na perspectiva educativa quanto social reclamada por parte de instituições de cunho filantrópico, em sua maioria, oriundas do setor privado da sociedade. Como nos aponta Camara (2010).

A assistência científica a ser organizada deveria pautar-se, imprescindivelmente, na defesa fundamental do Estado no encaminhamento e direção de políticas de proteção e assistência à infância, uma vez que o problema da criança era considerado um dos mais importantes problemas do Estado. Observou-se uma ênfase na causa da infância vinda da pobreza, fator que alimentou a composição de projetos objetivando identificar, inibir e/ou solucionar os problemas que acarretariam no abandono, na criminalidade e nos desvios “morais” da infância. (2010, p.156).

Para Ramos (1949, p.20-21) a higiene mental tinha a possibilidade de intervir em diferentes aspectos da vida social, como o trabalho, a educação e a família. Podemos nos apropriar desta idéia através de uma análise geral sobre as diferentes temáticas que mobilizaram a escrita de teses e artigos oriundos do campo da medicina e da psiquiatria e que tiveram ampla circulação nos Archivos Brasileiros de Higiene Mental. Interessante se faz destacar os artigos de Carlos Penafiel (1925) sobre o elemento psíquico no trabalho e Morais Continho (1938) explorando os benefícios advindos da higiene mental em direção àquele setor⁵. De acordo com Lobo (2008, p.235) “(...) a racionalização científica do trabalho referia-se não apenas às técnicas de manipulação das máquinas”, mas especialmente aos métodos de administrar e preservar o corpo físico e mental do homem. Neste sentido publicações ligadas a temáticas como trabalho, educação, higiene mental dos imigrantes, higiene mental dos escolares, dentre outras, são debatidas pelos médicos ligados a área higienista, muito também pelo fato de se associar a higiene mental um valor de prosperidade para o crescimento industrial do país, [...], “pois assegurava a seleção de operários com maior grau de rendimento físico e mental para o trabalho.”(MARQUES,1994, p.120).

Mas, o principal campo de ação da higiene mental assinalado por Ramos, deveria ser a criança, em especial a infância na escola. Vislumbrada como cerne da constituição de uma sociedade saneada e civilizada, defendia

⁵ Segue nos anexos do trabalho um mapeamento realizado no decorrer da pesquisa, referente a todos os autores e temáticas recorrentes que circularam nos periódicos “Archivos Brasileiros de Higiene Mental” entre os anos 1925 e 1940.

Ramos (1949, p.21) “é para infância que deve se voltar a higiene mental”. Entretanto como nos assevera Camara (2010).

Embora asseverassem, enquanto tônica discursiva, defender a infância, o que se verificou foi o predomínio de iniciativas que, ao enfatizar o seu lugar como cerne de civilização, acabaram por indicar a implementação de uma educação higiênica adequada à disciplina e à medicalização da sociedade. (2010, p.175).

Cabe ressaltar que para Ramos “o moderno higienista mental das escolas” deveria fugir às classificações rígidas que visam dar “rótulos” às crianças consideradas desajustadas. Mesmo advindo de uma base sobre os estudos acerca do material patológico o interesse do psiquiatra deveria concentrar-se também no estudo do psiquismo normal e das influências “deformantes” do meio social e cultural⁶. (Ramos, 1949,p.20).

Referindo-se a posição de Arthur Ramos quanto o trabalho do higienista mental coloca Monarcha (2009): “preocupado com intervenções preventivas e corretivas, o higienista mental atuaria na formação de hábitos normais, corrigindo os precoces desajustamentos encontrados.” (2009, p.7).

Conforme Lima (2006) a prevenção dos problemas em torno da criança era, antes de tudo, [...] “não apenas uma providência que tinha em vista resolver as dificuldades do indivíduo, mas, simultaneamente, uma medida de governo tomada em defesa da sociedade ” (2006, p.136).

Na perspectiva de Arthur Ramos (1949) a própria utilização dos termos normal e anormal estariam sendo apropriados de forma equivocada nas escolas e demais setores, pois se passada da saúde orgânica para a saúde mental ou para o ajustamento social do indivíduo, “[...] ainda os termos normal e anormal são mais indefinidos, dada maior, variedade de elementos que compõem tais situações.” (1949, p.20). São inúmeros os elementos descritos por Ramos como problemas de cunho social e não puramente de ordem hereditária ou orgânica. Alguns ressaltados com bastante ênfase dada a variedade de ocorrências nas observações realizadas pelo Serviço; o

⁶ Nesta colocação Arthur Ramos faz referencia ao trabalho de Edward Liss: The psychiatrist in school, 1936, p.37.

pauperismo, as doenças venéreas, as diferentes formas de “escorraçamento” e tratamento da infância, são analisadas por Arthur Ramos.

A partir de observações obtidas mediante a experiência com crianças classificadas como “anormais” nas escolas públicas do Distrito Federal, no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, Ramos levanta a problematização da construção desse referencial conceitual. Para ele a condição de “anormalidade”, apresentada pelos professores das escolas públicas que encaminhavam as crianças anormais ou de difícil aprendizagem, estava muito mais associada às condições sociais e estruturais da família dos escolares analisados pelo “Serviço” do que propriamente a indicação de algum distúrbio mental, do ponto de vista patológico. Neste sentido, Ramos atribuí a dinâmica social à época, impregnada pelas desfavoráveis condições de saúde, de alimentação e habitação; as principais causas para os desajustamentos infantis observados nas escolas.

Conforme Camara:

Percorrer a cidade àquela época significava a possibilidade de se confrontar com a miséria e com a carência de serviços públicos fundamentais, aspectos que reforçavam as idéias de demolição do que era arcaico e de instauração do moderno. No que se refere a iniciativas destinadas a atuar sobre a cidade, arregimentaram-se ações de normatização e de moralização dos espaços e da circulação da população, municiadas por mecanismos e instrumentos racionais científicos, previsíveis. Fracionando a cidade entre o “mundo da ciência” representados pela elite, e o “mundo da vida” dos segmentos populares - ordem e desordem, os reformadores sociais visaram a justificar políticas excludentes como a aporias destinada a levar ao planejamento e a regeneração da cidade e por conseguinte da sociedade. A doença, a mendicância, o analfabetismo, a criminalidade, a vadiagem, o alcoolismo, a prostituição eram vistos como chagas que assolavam a Capital do país e, como tais, deveriam ser tratadas em nome do bem - estar social (2010, p.77).

Como nos aponta Stepan (2005) na segunda década do século XX a pobreza e a deplorável situação da saúde dos pobres havia se cristalizado na consciência pública como uma questão nacional. No seu texto “Pauperismo e Higiene Mental” de 1939, Arthur Ramos enaltece a discussão sobre a pobreza e o “efeito desmoralizador” que a miséria poderia causar. Visto o sentimento de inferioridade que algumas crianças poderiam assumir. Segundo estudo de Otto Ruhl “os tipos de conflito de vida social são

observados a partir da esfera intelectual, econômica e moral.” (RAMOS,1949,p.2), trazendo à reflexão acerca das diferentes formas de desajustamento que tornam-se prejudiciais à formação mental da criança, entre esses desajustes, a pobreza. Entretanto, sinaliza que esses desajustamentos podem acontecer independentemente da situação econômica, mediante as diferentes formas de abandono moral e afetivo.

A grande maioria das crianças escorraçadas, como se pode ver nas observações do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, vem de lares desajustados, de meios economicamente pobres. O pauperismo carrega em seu bojo múltiplas condições de desajustamento: a sub-alimentação, a doença, o alcoolismo, as reacções anti-sociais... É por isso que os educadores e psycho-sociólogos assignalam tanta importância ao estudo da criança vinda de meios pobres. (RAMOS, 1949, p.1).

Sendo assim, a projeção de Ramos era que o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental ampliasse o seu raio de atuação. Pela infância pensava-se expandir o Serviço de Ortofrenia para toda a população escolar do Distrito Federal, trabalhando com os adolescentes nos regimes de internato. Asseguramos Ramos (1949) que o trabalho se ampliava levando-os a constituir “[...] um largo inquérito sobre orientação profissional, em bases novas e científicas; outro sobre o papel do cinema na psique infantil; ainda outro sobre desenhos e jogos e sua função na higiene mental” (1949, p.7).

Entretanto, podemos identificar através da fala de Ramos que o contexto político, o governo Vargas, que possibilitou o dispositivo de criação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental durante 1933 e 1934 com o advento do Estado Novo, em 1937, interferiu decisivamente na extinção do mesmo.

Todo esse trabalho foi interrompido súbitamente no meio da avalanche de destruição que desabou sobre a grande obra de Anísio Teixeira na educação do Distrito Federal. Hoje o problema será posto nos mesmos termos que no início do nosso Serviço. Com o advento do estado novo, uma falsa educação nacionalista, de imposições e restrições, passou a substituir o conceito de liberdade vigiada, condição essencial para o estabelecimento das verdadeiras regras de higiene mental. A educação humana e compreensiva nos moldes tantas vezes pregadas neste livro, foi substituída pela pedagogia clássica da disciplina rígida de interdições e coações.

O Serviço ainda tentou sobreviver á esse período de sombras. Mas uma santa inquisição de bravos censores - embora não formulasse abertamente nenhuma alegação contra o Serviço - não lhe permitiu o funcionamento perfeito numa atmosfera de liberdade

que é aquela onde se possa fazer realmente ciência. (RAMOS,1949 p.08)

Assinalamos então, que a experiência vivenciada por Ramos a partir das observações em algumas escolas públicas do Distrito Federal, chamadas “Escolas Experimentais”, “no exame dos escolares difíceis” demonstrava que o grande percentual das crianças classificadas como anormais, eram em sua maioria crianças afetadas por problemas de ordem social, não de caráter orgânico.

Por este viés, a própria compreensão do que seria classificado como anormal escolar, parâmetros estabelecidos como anormalidade e normalidade, para Ramos estariam equivocadas. Na visão de Arthur Ramos essas crianças “caudas de classe”, foram “anormalizadas” pelo meio e o parâmetro da anormalidade estabelecido a elas “[...] foi antes de tudo, o ponto de vista do adulto, a conseqüência de um enorme sadismo inconsciente de pais e educadores.” (ibidem, p.19). Sendo assim, tornou-se premente no trabalho de Ramos descaracterizar a compreensão equivocada sobre a “criança anormal” dando a ele uma nova conotação, a de criança problema.

Capítulo III

Da Ordem Biológica à Questão Social: “A Criança Problema” na concepção de Arthur Ramos.

(...) A psicologia moderna é uma ciência de fenômenos. Estuda a totalidade do psiquismo, que não tem limitação e não é, pois mensurável. Se os fenômenos fisiológicos são situados no tempo e medidos no espaço, os psíquicos, ao revés, são inextensos e imensuráveis. (RAMOS, 1949, p.17)

3.1. Das classificações sobre o conceito de “anormal e normal escolar”.

Conforme Arthur Ramos (1949) o termo “anormal escolar foi importado da pedagogia francesa a partir da experiência deles com hospícios para idiotas, e com o tempo outros países europeus empregaram diferentes tipos de classificação.” (1949, p.17). Seguindo essa ideia, Lobo (2008, p.345-347) faz um apanhado das principais idéias e personalidades que influenciaram o emprego não apenas das classificações acerca da idiotia mais também que constituíram um referencial de estudos neste aspecto. Ressaltando os trabalhos de Félix Voisin, Pinel, Esquirol e Séguin, importantes nomes para conceituar os discursos de anormalidade e normalidade presentes no Brasil já no século XIX.

Conforme Lobo (ibidem) institucionalizado nos discursos médicos pedagógicos da época, os termos: idiota, demente, imbecil, alienado dentre outros, foram utilizados para caracterizar as diferentes categorias de anormal encontradas no Brasil. Assevera-nos Lima (2006) que uma série de textos foram publicados na década de 1930 sobre a educação dos anormais e débeis mentais, considerando sempre a indisciplina escolar como uma forma de anomalia. Defende Lima, (ibidem) que existiram duas causas associadas às dificuldades atribuídas as crianças: a primeira direcionada aos defeitos biológicos; e a segunda, as inadequações do ambiente em que vivia a criança. (2006, p.132). Neste sentido, segundo Lima duas categorias foram pensadas:

1. Normais, crianças física, moral e intelectualmente sadias, o que não constitui problema.
2. Anormais . (a) defeito físico, puramente externo, sem afetar a inteligência, mas podendo acarretar à criança complexos de inferioridade, dificultando o seu aprendizado e o seu comportamento; (b) aparentemente anormais, de constituição fraca, sistema nervoso deprimido ou exaltado, instável, emocional ou apática, crianças muitas vezes vítimas indefesas do ambiente familiar precário ou desajustado; (c) anormais: (1) físicos, como a cegueira e mudez; (2) mentais: taras, conseqüência hereditária de sífilíticos, alcoólatras, loucos e etc (CASTIGLIONI apud LIMA 2006, p. 132).

Distinguindo a demência da imbecilidade e da idiotia; contextualiza-nos Lobo (2008, p.363) que dentre as formulações sobre a figura do anormal emitidas no século XIX, Félix Voisin contribui na perspectiva de compreender

que a idiotia poderia ser adquirida em diferentes graus, ultrapassando a relação estabelecida em muitos estudos as características hereditárias como principais focos de detecção de certas taras ou mesmo de única explicação para o emprego da idiotia ou mesmo da loucura.

Para Lobo (2008):

Muitas das causas predisponentes seriam hereditárias, sobretudo as que se davam no ventre da mãe, pois a noção de herança biológica incluía o que hoje se concebe como caracteres adquiridos. Diversas teses brasileiras da época apontam como causa da loucura da idiotia as afecções morais da mãe durante a gravidez [...] Todavia, se a intervenção era apenas preventiva de uma afecção que só poderia surgir mais tarde, o motivo consistia em que, estando a criança a salvo das paixões, não existiria a loucura na infância: somente a idiotia pertenceria às particularidades dessa etapa da vida humana (p.368-369).

De acordo com Lobo é especialmente nos estudos de Voisin e Séguin que podemos encontrar um novo apontamento para o tratamento da idiotia. Assegurando não ser ela propriamente uma doença ou uma enfermidade, mas uma etapa inerente ao desenvolvimento infantil, enquanto a loucura estaria diretamente associada às condições emocionais da vida adulta. Entretanto alguns estudos realizados por Esquirol afirmavam que as crianças que nasciam antes que seus pais ficassem loucos teriam uma propensão menor à loucura, ou seja, de se tornar possíveis alienados. Segundo Lobo é acreditando nesta predisposição enfática quanto ao papel das afecções morais dos pais sobre a prole que Voisin incluiu no atendimento preventivo do seu instituto ortofrênico atenção às crianças cujos pais fossem ou tivessem ficado alienados logo após seu nascimento.

Ainda de acordo com Lobo, a influência de uma educação primaria mal dirigida e a tendência da criança pender para grandes vícios, conforme as circunstancias favoráveis ou desfavoráveis que o meio exercia, abria “[...] a possibilidade de lutar “com vantagem contra as características inatas” (p.16), por meio do trabalho educativo individualizado proposto por Voisin” (LOBO, 2008, p.363).

Contudo afiança Lobo (2008):

A originalidade de Voisin, peça importante na construção da figura da criança anormal e que atravessará o século XX, consistiu na inclusão na categoria de idiotia de outras crianças em risco: as viciosas, as suspeitas de taras hereditárias, aquelas cujos ossos do crânio demonstrasse propensões para o crime, além das que apresentassem algum grau de retardo de inteligência. Era

especialmente a noção de instinto e vicissitudes de seus desvios que orientavam essas classificações (p.375-376).

Neste sentido, Lobo (ibidem, p.375-376) afiança a presença da metodologia de trabalho individualizado de Félix Voisin no Instituto de Ortofrenia criado por ele na França em 1834, onde o objetivo consistia na correção ou no “endireitamento” do indivíduo desajustado, bases fundamentais apontadas por Voisin para a constituição de uma educação preventiva. Também, o trabalho de Séguin desenvolvido na escola de Bicêtre na França trouxe a possibilidade no que diz respeito à recuperação dos idiotas e sua capacidade de educabilidade, antes ignorada. (ibidem, 364).

Conforme Lobo (2008) Voisin e Séguin recuperaram a noção de desenvolvimento e instinto definida por Esquirol reforçando que, na idéia formulada por Séguin a idiotia é parte constitutiva da etapa do desenvolvimento humano, onde todas as crianças normais rapidamente ultrapassariam, enquanto as idiotas, umas mais e outras menos permanecem inertes nesta etapa da infância normal. “[...] Logo a idiotia não é uma doença, mas uma variação do processo de desenvolvimento, um estado que pertence à infância” (2008, p.372).

Neste entendimento, Lobo formula como hipótese do seu trabalho que as compreensões acerca do estado de desenvolvimento da criança permitiram não só o conhecimento normativo sobre ela, mas estabeleceram também métodos de comparação entre a idade mental e a idade cronológica, contribuindo de maneira significativa na formulação dos diferentes testes de avaliação e desenvolvimento infantil disseminados e empregados nas escolas no início do século XX. Uma vez que a noção de desenvolvimento infantil com o tempo implicaria em uma dupla normatividade, (Foucault apud Lobo 2008, p.372) onde a criança idiota ou em atraso é equiparada, comparada a outras crianças por qualquer que seja seu atraso, tendo como norma regente o adulto, cujo desenvolvimento fisiológico estaria já em fase completa. Mais tarde essas formulações trariam as seguintes conotações: crianças são atrasadas e adultos são deficientes mentais. (ibidem)

3.2. A vulgarização dos testes de inteligência e seu emprego nas escolas.

Dos questionamentos apontados por Arthur Ramos, um dos entraves diz respeito aos testes de QI⁷(nota explicando) realizados nas escolas à época, com a intenção de sistematizar escalas de inteligência separando as crianças por estas escalas. Os testes de QI realizados nas escolas e defendidos por alguns educadores e eugenistas à época, foram levados à discussão por Ramos, pois não consideravam as diferentes conjunturas sociais que atravessavam a condição sócio-educativa das crianças nas escolas. O problema não estava diretamente relacionado ao grau de aptidão intelectual dos escolares, mas sim nas suas condições reais de aproveitamento dos estudos visto as péssimas condições sociais que muitos se encontravam. (RAMOS, 1949)

Sinaliza Ramos (1949, p.15-16) que o período experimental dos testes de QI é inaugurado em 1907, com os pais dos “tests de inteligencia” Binet e Simon⁸. Para eles “a noção de atraso mental era uma condição clinica”. Na escola, haveria “graus” de atraso intelectual entre os alunos foram então, estabelecidos diagnósticos dos “estados inferiores” da inteligência dos alunos conformando um conceito “quantitativo” das gradações intelectuais das

⁷ Conforme Carlos Monarcha no seu trabalho “Testes ABC: Origem e Desenvolvimento” ,os testes de QI ou testes de inteligência fizeram parte do movimento de testes introduzidos nos “meios científicos” nacionais nas décadas de 20 e 30. Conformaram “técnicas de avaliação e de prognostico” mediante a utilização de provas breves e objetivas nas escolas. No Brasil figuras como Lourenço Filho, Ulisses Pernambuco, Manoel Bomfim, Wacław Radecki, Clemente Quaglio, Helena Antipoff, Isaias Alves e outros fomentaram teorizações e experimentações com esses testes. (MONARCHA, 2008, p.2-3)

⁸ De acordo com Arthur Ramos, Binet e Simon “advogaram a necessidade, para fins de adaptação escolar, de se estabelecer um diagnostico dos “estados inferiores” da inteligência (4).E deram-nos um conceito “quantitativo” das gradações intelectuais da criança, construindo a famosa primeira escala, depois estalonada e aperfeiçoada por investigadores do mundo inteiro.”(RAMOS, 1949 p.15-16).

crianças, construindo escalas, posteriormente aperfeiçoadas por investigadores do mundo inteiro.

Segundo Veiga (2007, p.274) é a partir dos anos de 1920 que os testes passaram a integrar a cultura escolar como meio de promover a homogeneização das classes escolares. Um dos intelectuais da educação que possibilitaram uma primeira experiência deste estilo de teste nas escolas foi Lourenço Filho, cuja aplicação se deu em escolas de ensino primário tanto do Rio de Janeiro como de São Paulo. Conforme Veiga “Em 1931, Lourenço Filho realizou testes nos 54 grupos escolares de São Paulo, envolvendo 15.605 alunos analfabetos. Dois anos depois, foram aplicados testes a 2.410 crianças de escolas do Rio de Janeiro.”

Afiança-nos Veiga (2007) que no ano de 1934 seguindo a determinação do diretor do Departamento de Educação do Rio de Janeiro, na ocasião Anísio Teixeira, os testes foram aplicados a 22.115 crianças. Aludindo ao trabalho de Diana Vidal, indica Veiga que o ensino na escola primaria no Rio de Janeiro foi dividido “em classe A (atrasada) e B (adiantada) e subdividido, quanto à velocidade de desenvolvimento do programa, em classe V (retardada), X (normal) e Y(avançada)” (2007, p.274).

resultados de nossas pesquisas.
Vejamos se que nos dizem os números, de acordo com o observado por nós, em 195 crianças.

Alunos examinados: 195
Distribuição segundo a idade mental avaliada pela escala de Binet

Idade cronológica	IDADE MENTAL															Total
	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	16	17	18	19	
7	2	2	12	4	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	29
8	—	2	5	6	4	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	19
9	—	—	3	10	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	17
10	—	—	—	14	7	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	23
11	—	—	—	2	6	6	10	2	—	—	—	—	—	—	—	31
12	—	—	—	1	6	11	7	1	1	—	—	—	—	—	—	30
13	—	—	—	1	7	4	8	13	2	—	—	—	—	—	—	37
14	—	—	—	—	1	3	—	7	—	6	—	—	—	—	—	17
15	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2
16	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Adultos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Total	4	10	11	39	41	43	27	27	3	—	6	—	—	—	—	195

Nota: O sinal — indica a ausência de alunos que se acham na norma, e o círculo indica que apresentaram maior número de casos normais.

Façamos outras computações, observando a seguinte distribuição conforme a norma de cada idade:

Idade cronológica	Abaixo da norma	Dentro da norma	Acima da norma	Total
7	10	12*	7	29
8	6	5	6	17
9	6	6*	4	16
10	14	7	3	24
11	15	10*	2	27
12	29	1	1	31
13	20	2	1	23
14	8	—	3	11
15	2	1	—	3
16	—	—	—	—
Total	123	40	20	183

Imagem 03.

Archivos Brasileiros de Higiene Mental, 1930 nº 4. Distribuição de 195 alunos segundo a idade mental, seguindo a escala de Binet, realizada nas escolas Prudente de Moraes e Visconde do Ouro Preto no Distrito Federal. Pesquisa realizada por Nicolai Frossard. Acervo: Biblioteca de Manguinhos

Para Ramos, essas divisões e subdivisões acabavam “testologizando” a criança, conformando rótulos que as inferiorizavam como a própria concepção de anormal escolar.

Essa denominação - imprópria em todos os sentidos - englobava o grosso das crianças que por várias razões não podiam desempenhar os seus deveres de escolaridade, em paralelo com os outros companheiros, os “normais”. [...] A grande maioria, porém podemos dizer os 90% das crianças tidas como “anormais”, verificamos na realidade serem crianças difíceis, “problemas”, vítimas de uma série de circunstâncias adversas [...] e, entre as quais avultam as condições de desajustamentos dos ambientes social e familiar (RAMOS, 1949, p.13).

Segundo Ramos (1949, p.451-452.) para as crianças difíceis, consideradas problema, identificadas com simples atrasados pedagógicos, ou mesmo repetentes, alguns autores recomendavam a instalação de “classes fracas”. Essas classes eram baseadas aos moldes das “*Forderklassen*” de origem alemã, por considerarem a necessidade de um cuidado individual. Contudo, explica Arthur Ramos: “A higiene mental pode admitir a formação destas classes de escolares difíceis, mas sem nenhum caráter definitivo na sua organização, como é o caso para as chamadas “classes de anormais”” (ibidem).

Na compreensão de Arthur Ramos a instalação de “classes difíceis” nas escolas para crianças consideradas anormais deveria ser transitória, pois poderiam cultivar certo sentimento de inferioridade que apenas agravaria o estado problema que se encontravam. As crianças nestas classes poderiam se sentir incapazes ou doentes. Arthur Ramos posicionava a idéia de que mesmo as crianças que apresentavam leves atrasos constitucionais, os débeis mentais, o trabalho da higiene mental deveria proporciona-lhes o convívio com as crianças em condições normais de vida, sempre assistidas por educadores especializados e ortofrenistas (RAMOS, 1949, p.451-452).

A criança só deve ser afastada das classes normais, quando uma observação acurada diagnosticar uma “anormalidade” (real, quando então ela será destinada a escolas ou institutos especiais que cuidem da sua educação e tratamento: Escolas auxiliares, Institutos médico-pedagógicos para oligofrêncios, Instituto para débeis físicos, Institutos especializados para os deficientes sensoriais (cegos, surdos-mudos...), Hospitais psiquiátricos e Colônias especializadas

para os casos mais graves de neuropsicoses, agudas e crônicas[...] (ibidem).

De acordo com Lima (2006), Arthur Ramos visava contrapor a utilização e o emprego de testes para a comparação das médias de QI dos escolares, buscando que fossem levadas em consideração as aptidões naturais dos alunos. Para tal intento, defende como ferramenta indispensável aos professores os conhecimentos acerca da psicanálise para a identificação das forças instintivas presentes nas crianças, com o propósito de [...] “canalizar sua energia para fins produtivos pelo processo de sublimação e, assim, ajustar os desejos dos indivíduos aos interesses da Pátria” (2006,p.147).

3.3. Por uma análise da conjuntura social às intervenções sobre a “criança problema”.

A criança problema na concepção de Arthur Ramos era justamente a criança “anormalizada” pelo seu círculo social, o papel que a escola deveria desempenhar era o da assistência social, não segregando essas crianças do seu ambiente escolar, familiar e social. A higiene mental se constituiria na ferramenta ideal capaz de mobilizar tais esforços. Assim “instalaram-se as Clínicas de Higiene Mental nas Escolas, não para que a escola se libertasse desses escolares, à primeira dificuldade encontrada, mas para recebê-los compreendê-los e ajustá-los” (RAMOS, 1949, p.438).

De acordo com Lima (2006, p.3) as diversas interferências propostas por educadores, a partir da década de 1930, não perspectivaram cercear a liberdade da criança na escola pela resolução dos problemas comportamentais direcionados a elas, mas tencionaram [...] “formas de promover a individualidade e remover os entraves emocionais ou de outra natureza, que impediam a sua livre manifestação” (ibidem).

Desenvolvendo seu estudo sobre a compreensão em torno da “criança problema”, colocada na década de 1930 por Arthur Ramos, Lima (ibidem) trabalha o conceito de “governamentalidade” baseado em Foucault. Significando “governamentalidade” pelo conjunto de condutas e pelas

diferentes formas de conduzir determinado poder, onde as múltiplas formas de governo de si e dos outros implicam também múltiplos objetivos e finalidades sobre eles. Para Lima (2006):

Pensar a educação da “criança-problema” como uma questão de governo apresenta-se, portanto, como uma perspectiva fértil, na medida em que permite compreender como foi possível associar os discursos sobre a importância do conhecimento das individualidades infantis e o respeito às tendências naturais do aluno ao controle cada vez mais sofisticado da conduta das crianças na escola (2006, p.3).

No tocante a este aspecto, Arthur Ramos destaca alguns fatores sócios educativos que desencadeariam em possíveis situações problemas para o ajustamento dessa infância, dentro dos múltiplos aspectos psíquicos sociais que atravessavam o cotidiano e a educação familiar das crianças naquele período. Dentre as análises das situações problemas apresentavam-se: a criança mimada, o tratamento excessivo ao filho único, a criação de um filho ilegítimo, as diferentes formas de “escorraçamento” da infância, os castigos físicos e mentais, a co-educação sexual, os tiques, as fugas escolares, a mentira e o roubo. Estes últimos entendidos como atos de uma pré-delinquência infantil. Para Lima (2006) [...] “considerava-se a indisciplina uma anomalia, decorrência de um transtorno presente na criança” (2006, p.132). Contudo, se em alguma etapa do desenvolvimento infantil a criança estivesse sujeita a alguma forma de desajustamento onde a grande parte dos distúrbios estivesse relacionada [...] “a problemas na organização familiar, era legítimo intervir no ambiente doméstico preventivamente, para evitar crises previsíveis (ibidem, p.134). Neste sentido, destaca Lima (2006) que “a criança bem ajustada era aquela capaz de se conduzir com autonomia na escola [...] aquela que sabia agir num espaço de liberdade regulada” (LIMA, 2006, p.128).

Não se constitui ênfase deste trabalho realizar uma análise minuciosa de todas as categorias desenvolvidas pelo médico e psiquiatra Arthur Ramos, abordadas numa perspectiva conjuntural de identificar os fatores que poderiam condicionar à caracterização de uma situação problema para a educação da criança à época. Contudo torna-se interessante mostrar como é destacada a interferência da família na constituição do comportamento, dos hábitos e na conformação da personalidade infantil. Neste sentido, se faz

pertinente destacar que a obra “A Criança Problema” de Arthur Ramos delinea-se em duas etapas, a primeira adentrando sobre as “constelações familiares”; o papel dos pais, dos avós e de outros parentes no desenvolvimento psíquico da criança e a segunda indicando os principais distúrbios encontrados.

Como descreve Lima (2006):

Acreditava-se que as atenções dispensadas às crianças pelos avós, madrinhas, tias solteironas e amas costumavam produzir crianças mimadas e constituíam motivo de preocupação para os higienistas, tanto que o autor dedicava um capítulo aos avós e outros parentes, como causas dos problemas infantis (2006, p.137)

Levantam-se na obra como possibilidades de causa para os desajustamentos em algumas crianças, os excessos de mimos dispensados aos filhos únicos, exemplificando alguns casos pela teoria Edipiana, a confusão do amor do filho sobre a mãe; os entraves da criação de um filho ilegítimo dentre outros problemas que eram passíveis de desencadear complexos infantis.

Quadro de temáticas

1.º PARTE DA OBRA TEMÁTICAS	2.º PARTE DA OBRA TEMÁTICAS
HERANÇA E AMBIENTE (CAPITULO.I)	A CRIANÇA TURBULENTA (CAPITULO. X)
A CRIANÇA MIMADA (CAPITULO II)	TIQUES E RITMIAS (CAPITULO XI, XII)
A CRIANÇA ESCORRAÇADA (CAPITULO III,IV,V,VI)	AS FUGAS ESCOLARES (CAPITULO XIII)
AS CONSTELAÇÕES FAMILIARES (CAPITULO VII)	OS PROBLEMAS SEXUAIS (CAPITULO XIVXV)
O FILHO ÚNICO (CAPITULO VIII)	MÊDO E ANGUSTIA (CAPITULO XVII, XVIII)

**AVÓS E OUTROS PARENTES A PRE-DELINQUENCIA INFANTIL-
(CAPITULO IX) A MENTIRA (CAPITULO XIX)**

**A PRE-DELINQUENCIA INFANTIL-
OS FURTOS (CAPITULO. XX)**

**TRATAMENTO E ASSISTENCIA-
(CAPITULO XXI)**

Quadro de temáticas abordadas por Arthur Ramos na obra *A Criança Problema: higiene mental na escola primaria*. 1949.

Um segundo momento do livro Ramos busca identificar como essas interferências familiares, principalmente nas formas de “escorraçamento” da infância poderiam estar diretamente associadas às principais causas de desajustamentos na criança, conspirando a favor ou em desfavor na condução e formação da personalidade infantil, refletindo de maneira significativa no seu comportamento social e escolar. De acordo com Lima (2006, p.136) dentre os fatores que contribuíram para o surgimento da categoria de criança escorraçada exposta por Arthur Ramos, estava a prática de castigos corporais disseminados nas escolas rurais e utilizados por muitos pais e educadores, além dos problemas da orfandade, da disseminação da pobreza e do abandono que se encontravam muitas crianças de lares pobres naquele período (ibidem).

Ainda para Lima entediase a falta de recursos financeiros como fator determinante de desajustamentos nas crianças provindas das classes inferiores. Gerada pela associação invariável nos discursos dos médicos e educadores e demais especialistas a atribuição a essa condição social de uma predisposição em relação à falta de higiene, de saúde, de moralidade, de afetividade e de cuidados. Cooperando na seguinte formulação: “Se a constatação da pobreza permitia prever o surgimento de problemas, acreditava-se que a higiene mental podia preveni-los, mediante a assistência e a orientação das famílias desfavorecidas”.(ibidem, p.138).

Neste particular, o quadro ilustrativo das principais temáticas analisadas por Arthur Ramos direciona quanto à compreensão da linha de análise que o

autor se propõe a estudar e a problematizar, baseado nos estudos em conformação na área da psicologia social e da psiquiatria à época. Destacando alguns dos problemas psicológicos que levavam muitas crianças a serem consideradas de “anormais escolares”, ou crianças de difícil aprendizagem.

Ainda, na perspectiva de Lima (2006, p.145) a obra “A criança problema” de Arthur Ramos trouxe transformações importantes para se pensar os problemas infantis, buscando novas interpretações acerca do contexto sócio afetivo da criança, procurando cada vez mais não associa-los ou cerceá-los a interpretações no plano hereditário ou biológico, mas de imprimir uma nova prática no terreno metodológico da escola: a análise dos círculos emocionais e sociais da criança. Nesse contexto, entendia-se que grande parte dos desajustamentos mais comuns à criança pertenciam à [...] “má formação do ambiente familiar e, assim, era este que cumpria curar, mediante a transformação dos hábitos familiares, em especial no que se referia às relações entre pais e os filhos” (Ibidem).

Como nos afiança Lima (ibidem):

[...] o tratamento será pensado principalmente em termos de uma terapia para a família, em vez de correção da criança. Conforme já se mencionou, os higienistas defendiam a idéia de que a tarefa da higiene mental era conservar normal a criança normal, ou seja, preservar a criança biologicamente saudável, evitando o surgimento de vícios de conduta e favorecendo, dessa maneira, a sua adaptação ao meio social, a começar pela escola (2006, p.145).

De acordo com Arthur Ramos duas correntes de estudos debatiam os problemas infantis, a vertente “culturalista” e a corrente “hederologista”,⁹ indagando cada uma no seu campo de debate se as atitudes das “crianças problemas” eram de ordem cultural ou biológica. Um dos entraves, do ponto de vista psíquico e pedagógico, colocado para Ramos estava em questionar a matriz dessa corrente hederologista que acreditava que a herança biológica era marca decisiva quanto às causas ligadas aos problemas da criança, afirmando-se e deixando-se refletir nas expressões populares como “filho de peixe, peixinho é”; “quem sai aos seus não degenera”. Saliencia Ramos (1949, p.39)

⁹ Arthur Ramos (1949) indica neste aspecto o trabalho de Alport e Schanck, no que concerne a conciliar o debate entre “hederologistas e culturalistas”.

que era muito comum pais, médicos e até mesmo educadores corroborarem dessa concepção assentes nos “pruridos da ciência”. Quando, para Arthur Ramos o meio em que a criança estava inserida interferiria muito mais nas condições de desenvolvimento do seu psiquismo, da sua personalidade do que propriamente a sua origem biológica. Defendendo que [...] “no estudo da criança, e especialmente da criança problema, temos que investigar todos os fatores ambientais que irão influir sobre o comportamento infantil e seus desvios” (RAMOS, 1949, p.41).

O meio social exerce, assim uma influência decisiva sobre a criança, pequeno ser inerme rodeado de adultos que não a compreendem ou a escorraçam. Dentro dessas influências globais do meio-de cultura, de sociedade - temos que investigar as inter-influências da personalidade, principalmente nos círculos da família (RAMOS, 1949,p.46).

Dentro desse meio social, o mais central a ser estudado para Ramos é o meio familiar, a família ganha foco de abordagem no trabalho de Arthur Ramos, pois para ele ela é a unidade fundamental. Ramos (1949, p.46) identifica a partir da classificação de Cooley a família como grupo primário a ser estudado, uma vez que o seu contato social é maior e direto sobre a criança, fomentando analisar as emoções, sentimentos e atitudes daquele meio, constituindo em centrais objetos de estudo para a psicanálise.

Neste sentido, o trabalho com os pais ganha força, pois segundo Arthur Ramos “[...] a personalidade dos pais é hoje objeto de acuradas observações por parte dos neuro - higienistas e dos educadores.” Concebendo que toda tarefa de uma educação normativa ou corretiva da criança se processaria indiretamente através dos pais. (ibidem). Salienta ainda, que através dos pais age-se diretamente na criança, pela capacidade que estes têm de modelar o caráter e a personalidade dos filhos (ibidem).

Exemplar desta interferência, no que compete ao excesso de mimos dispensados a criança pelos pais, Ramos (1949) destaca:

As conseqüências dos mimos excessivos são assustadoras na vida adulta. A criança mimada ficará presa a graves fixações e não poderá desenvolver normalmente a sua *resultante vital*. Saídas da Escola, tornam-se seres vacilantes na vida social, ou tímidos agarrados infantilmente à mãe, ou apresentando reações anti-sociais, neuróticos, psicóticos, ou criminais. As clinicas neurológicas vivem cheias destes seres, outrora filhos mimados, quase sempre pela mãe,

e que ficaram presos regressivamente às suas fixações maternas ” (1949, p.68).

Na correção desses problemas de origem comportamental, Ramos indicava que quanto mais avançada fosse a idade da criança mais difícil seria corrigi-la e prevê-la dos hábitos e comportamentos inadequados. A solução estaria em priorizar o trabalho preventivo nas classes pré-escolares, como podemos observar nas palavras de Arthur Ramos “[...] Os serviços de higiene mental nas classes de pré-escolares visam desta maneira, acudir precocemente às primeiras dificuldades que se instalam na criança, evitando males futuros” (RAMOS, 1949, p.70).

Para Ramos no tratamento corretivo das crianças mimadas, especialmente direcionado aos meninos, que aparecem nesta categoria tendo como foco de atenção, era necessário fazer exames retrospectivos dos processos psico-afetivos da criança, onde a responsabilidade maior ficaria a cargo dos pais e, [...] “é a estes que o educador e o ortofrenista se devem dirigir, esclarecendo-os cuidadosamente” (RAMOS, 1949, p.72). Na perspectiva de Ramos, apontada por Lima (2006):

Se fosse atendida excessivamente em suas necessidades e desejos, a criança se tornaria mimada e sofreria de problemas de dependência exagerada da mãe, tornar-se-ia insegura ou, ao contrário, autoritária, e apresentaria atraso no crescimento normal, pois teria dificuldade em transitar da afetividade captativa (egoísta) à afetividade oblativa (altruísta). No universo das organizações familiares possíveis, havia aquelas que favoreciam a aparição da “criança mimada”(2006, p.137).

Podemos perceber na ideia apresentada por Arthur Ramos a ação do educador e do ortofrenista que trabalhava frente ao “Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental” tinha de ser estabelecida através de um trabalho conjunto, direcionado a família, e em especial aos pais. [...] “Resolvidas as causas, cessam os efeitos”, era o que não se cansavam de dizer os educadores (LIMA, 2006, p 145).

Nesse empreendimento, a higiene mental preventiva elaborada por Arthur Ramos para o público escolar priorizava não só os exames médicos e psicológicos de cunho orientador para o ajustamento dos “casos problema”, como também indicava a perspectiva de trabalhar a formação ortofrenica dos educadores, por meio de cursos de férias, ministrando aulas com o intuito de

formar educadores especializados para atuar no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental.

Na visão de Ramos as crianças que enfrentavam diferentes problemas de ordem econômica, social e afetiva em seu meio, interferindo no desenvolvimento pleno da escolarização tinham que ser analisadas sob as diferentes formas de “escorraçamento” físico ou psicológico a que estavam expostas. Ramos, àquela época, já defendia a concepção de que tanto os castigos físicos quanto os castigos psicológicos estariam equiparados quando se pensa no grau de interferência e abstração sentimental que estes poderiam causar na criança. Essas afetações poderiam ser grandes responsáveis pela criação de sentimentos de inferioridade que levavam muitas crianças e jovens a constituírem hábitos e comportamentos inadequados.

Na perspectiva de vulgarizar o duplo papel de responsabilidade dos pais e educadores, o trabalho do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental visava estabelecer a seguinte intenção; [...] “a educação dos pais se impõe, como medida óbvia. Se há complexos afetivos que os impedem de receber a criança com afeto e carinho, uma análise da situação resolvera as dificuldades” (RAMOS, 1949, p.157).

Na compreensão de Arthur Ramos à escola primária cumpriria o “papel socializante” concebendo a criança “[...] não como uma entidade isolada, portadora de “vícios hereditários”, de “constituições delinqüências” e outras coisas cerebrinas, mas como um ser vacilante, afetivo, em formação, no meio de constelações afetivas dos adultos” (ibidem). Para ele, a importância da profilaxia mental disseminada pelo Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental teria o melhor “locus” de ação preventiva se centralizado o trabalho nos jardins de infância e nas clínicas de pré-escolares por estas oferecerem “[...] oportunidades, compensações às crianças de lares desajustados, corrigindo, socializando, desde cedo, os seus atos de agressão, a deficiência do seu “sentimento de comunidade” (RAMOS, 1949, p.157-158).

Neste sentido, tornava-se pertinente também pelo fato de o bem-estar social da criança, incluindo seu ajustamento emocional, estar correlacionado ao bom funcionamento da sociedade, uma vez que [...] “o que fosse proposto para

ajudar a “criança-problema” deveria favorecer a organização social” (LIMA, 2006, p. 146).

Como prerrogativa desta ideia, interessante se faz destacar a ficha nº3 do Serviço referente a um menino de 5 anos e 10 meses da Clínica de pré-escolares da Escola General Tromposwki..Podendo ser observados os critérios de análise acerca dos complexos afetivos familiares, e constatar a indicação da presença do serviço interferindo na melhoria do comportamento escolar e social da criança em questão.

Obs.77 (Escola “General Tromposwki”, ficha nº3,Clinica de pré-escolares do S.O.H.M).V.V. Menino de 5 anos e 10 meses, côr branca. O pai, portugues, comerciante. A mãe, doméstica. Um irmão de 3 anos,muito sadio e bonito.O menino é castigado corporalmente pelos pais, principalmente pela mãe. Algumas dificuldades de desenvolvimento.

O menino é agitado, agressivo, dominador, na Escola. Destrói os brinquedos que recebe. Agride os colegas. Mostra habilidade para os trabalhos de modelagem. Conta fanfarronadas: “vou à Bahia a pé e a Paqueta a nado”.Interessa-se em recortes e colagens. É mentiroso por imaginação. Acusa os colegas, frequentemente, fazendo queixas à professora. A visita social à casa de A ... revelou o seguinte:

Maio de 1938- A mãe de A ...diz que “não gosta de bater nos filhos nem nos filhos dos outros; não gosta de ver bater em crianças.” Mas na visita que fêz a Escola dissera que quando era preciso, batia nos filhos e já havia dado ordens aos porteiros de edifícios próximos que castigassem o menino quando êle fugisse para lá. “ A ... aprende tolices com os meninos da rua e o irmão o imita”,acrescenta. Conseguimos apurar que, por causa, dêste, a mãe lhe põe pimenta na bôca. Refere-se ao “nervosismo” do filho, principalmente quando é contrariado; toma conta do irmão, mas lhe bate muito. Em casa tira frutas da geladeira, mas tem muito mêdo do olhar do pai. A mãe amedronta os filhos com “velhos de barba que vem pegar os maus”,etc. Foi difícil esclarecer a mãe nas conversas iniciais...

Julho- O menino está melhorando na Escola. Interessa-se por tudo o que o rodeia. Estão sendo aproveitadas as suas capacidades de liderança. Tem apresentado melhoras sensíveis [...] (RAMOS, 1949, p.158-159).

Através da ficha podemos identificar não apenas a indicação comportamental da criança, especialmente expressa na forte presença indisciplinar colocada. Como também da articulação do serviço por meio das visitas sociais, da aproximação à família, apresentando de alguma maneira a negatividade das agressões físicas cometidas pelos pais e, em especial neste caso pela mãe como ferramenta punitiva para as fugas escolares e demais condutas indisciplinares da criança. Uma das “tônicas profiláticas” para o ajustamento social da criança se assentava na educação dos pais através da

Lima para compreensão sobre as contribuições positivas que a psicanálise traria para as relações familiares.

Conforme que não fosse atribuído nenhum risco ao desenvolvimento da criança, [...] “a mãe deveria tornar-se uma quase especialista em psicanálise infantil, recebendo esclarecimentos sobre as conseqüências danosas que cada simples atitude equivocada poderia provocar” (2006, p.142). Arthur Ramos em sua obra Educação e Psicanálise trazia a seguinte concepção:

A mãe deve ser naturalmente a primeira educadora, com a colaboração do pai; ela deve colocar-se ante seu filho como o primeiro próximo, depois despertar o interesse da criança para os demais: pai, irmãos e pessoas da ambiência familiar, a princípio, e social, em seguida (RAMOS apud LIMA, 2006, p.137).

Neste sentido, é plausível perceber como as bases de trabalho do “Serviço” se ancoravam especialmente; no conhecimento sobre as “famílias desajustadas”, na interferência sobre elas quanto às formas de conduta e hábitos refletidos no cotidiano social da criança. [...] “Era preciso iniciar, portanto, pelos problemas mais aparentes, que se manifestavam no próprio corpo da criança, para depois atingir o plano mais sutil de sua emotividade e de sua alma”(LIMA, 2006,p.144). Ainda de acordo com Lima (ibidem) a tarefa de educar os pais quantos os preceitos da psicanálise infantil se tornaram [...] “extremamente difícil, uma vez que os pais custavam a admitir que eram os responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pelos filhos na escola” (ibidem).

Neste sentido, interessante indicativo é que o trabalho com a higiene mental, elaborado pelo Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, não dependia exclusivamente do trabalho do “Serviço social” e da interferência no seio familiar através das visitas sociais e inquéritos sobre às crianças, mas da articulação estratégica entre escola e organizações peri-escolares, como: os pelotões de saúde; as cooperativas e caixas escolares; as merendas e sopas escolares; as várias organizações de amigos da escola, assim como os círculos de pais e professores para identificar e eliminar as principais causas de ordem “médico orgânicos” (RAMOS apud LIMA, 2006, p.144).

Por este viés é possível identificar que as múltiplas ações preventivas, como expressa Lima (2006) eram, portanto, [...] “ não apenas uma providência que tinha em vista resolver as dificuldades do indivíduo, mas, simultaneamente, uma medida de governo tomada em defesa da sociedade” (ibidem,p.136)

De acordo com Lima (ibidem) o próprio movimento escolanovista conflui para pensar a escola como um espaço que buscasse imprimir no aluno a perspectiva de [...] “expressar a própria identidade, de descobrir e realizar seu próprio potencial.” Fomentando no professor atender essas necessidades individuais dos alunos (ibidem).

Para Lima a perspectiva de Ramos era atribuir a escola a função de correção dos excessos e das vontades na criança; assim como de desenvolver no aluno o “sentimento de comunidade.” Para tal, entendia que [...] para intervir no estilo de vida, era preciso corrigir o propósito” que a criança estabelecera para si ainda nos primeiros anos de vida.” Daí a necessidade de atribuir a pedagogia os conhecimentos advindos da psicologia individual na tarefa de intervir nos problemas familiares (RAMOS apud LIMA,2006,p.137)

De acordo com Lima (2006):

Modificar a conduta da “criança-problema” exigia, em primeiro lugar, transformar a conduta de sua mãe, dos seus familiares e de sua professora. A partir da psicanálise, as transformações necessárias incluíam mudanças não apenas na maneira como o adulto lidava com a criança, mas também na forma como se relacionava consigo próprio, com a sua história de vida, com as lembranças que tinha de sua infância, de seus pais etc (2006, p.147).

Para Costa (1999) quaisquer que fossem os benefícios extraídos pela família através da colaboração da medicina social ou da própria submissão dela à higiene acabaram por resultar na “intimização” e “estatização” dos indivíduos. Asseverando que, é neste contexto que a educação e a conservação das crianças são propagadas no sentido de modificar as relações dos pais com os filhos e incentivar a propaganda da família como espaço exclusivo de proteção e cuidados da infância”(1999,p.150-151).

Neste sentido, de acordo com Lima “não se tratava apenas de uma nova maneira de compreender as dificuldades de desajustamento infantil, mas de toda uma reorientação da prática educativa, visando não apenas à correção, mas à prevenção dos desajustamentos” (2006, p.147).

Contudo podemos assinalar que, seguindo na direção de confluir com os ideais colimados pela Escola Nova e seus intelectuais reformadores como Anísio Teixeira e Arthur Ramos, perspectivas rumo à organização científica da escola e das práticas educativas estavam em voga. É plausível pensar que em meio o arcabouço trazido pela medicina social com as contribuições da

psicologia social, pode-se identificar a emergência de novas metodologias, saberes e práticas educativas direcionadas a normalização da família e da criança na escola, por meio de prescrições trazidas pelo campo médico e demais especialidades que impulsionaram atribuir à psicanálise não apenas valorização terapêutica, mas pedagógica e social. Neste contexto é possível asseverar então que, a instalação de “programas” como o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental dirigido por Arthur Ramos, faziam parte de uma “rede” de políticas assistenciais direcionadas a equacionar os “problemas sociais” presentes no contexto social à época, através de uma educação que acoplasse preservar a higidez da infância pela intervenção em suas relações familiares, moldar a educação moral e afetiva da criança na escola e dessa maneira, possibilitar a criação de dispositivos que combatessem os principais fatores de desajustamento do corpo social, tais como: a delinquência infantil e juvenil, a vadiagem, as taras e os vícios.

Considerações finais.

Com este trabalho iniciamos um caminho de análise sobre a ação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, mobilizado pelo afã das políticas assistencialistas impulsionadas na década de 1930 e neste contexto foi possível entrelaçar as concepções apresentadas por Arthur Ramos acerca da higiene mental, problematizando a matriz do seu trabalho, A “criança problema”. Assim, a institucionalização da higiene mental se deu no interior de um movimento mais amplo de debates e campanhas em prol de divulgar a ação profilática da higiene mental. Tal perspectiva propiciada por instituições de cunho assistencial como a Liga Brasileira de Higiene Mental, vislumbraram a educação como instrumento de regeneração social .

Neste sentido, apreendemos com o percurso metodológico desenvolvido por esta pesquisa, que investigar a criação de uma instituição como a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), possibilitava compreender e enredar o movimento intelectual e institucional que propicia a propaganda em favor da higiene mental. Constituímos uma análise geral do trabalho desencadeado pela Liga Brasileira de Higiene Mental colimado por intelectuais imbuídos do ideário eugenista e higienista que propugnava uma ação civilizadora e modernizadora para o país. O mapeamento e análise sobre as temáticas em relevância nos periódicos “Archivos Brasileiros de Higiene Mental” distribuídos por aquela instituição foram imprescindíveis quanto a abertura para a leitura das principais e focais campanhas pedagógicas organizadas pelo campo médico e direcionadas ao social. Esta metodologia de pesquisa acabou por culminar na organização de um quadro norteador com os principais temas que incitaram a constituição de trabalhos , teses e conferências entre médicos e demais intelectuais, trazendo significativas contribuições para a articular os conceitos, objetivos e confluências entre os discursos em torno da profilaxia mental disseminada e da constituição da ação corretiva e preventiva que caberia à higiene mental.

Com tal empreendimento, foi possível identificar que as ações higienistas incorporadas pela Reforma Educacional empreendida por Anísio Teixeira no Distrito Federal, faziam parte de um campo de discussão científica

que percebia a escola como um espaço próprio de regulação, normatização e ajustamento da criança, especialmente da criança anormal, da criança problema. Neste sentido, podemos afirmar que o trabalho com a higiene mental desenvolvido por Arthur Ramos obteve uma relação direta com a Reforma de Instrução Pública promovida por Teixeira, pela ênfase dada no trabalho deste reformador às contribuições intervencionistas da ciência ao campo da educação, suas possibilidades de enquadramento social quanto os hábitos, comportamentos e regulação das relações familiares.

Contudo, perspectivamos incitar à reflexão quanto à organização de políticas assistenciais direcionadas ao campo da educação, instigando olhar o passado na tentativa de compreender como foram construídos conceitos, discursos e práticas que possibilitaram intervir na escola sob a tutela de prevenir e regenerar a infância considerada anormal.

ANEXO

AUTORES	TRABALHOS (ANO DE PUBLICAÇÃO NOS ABHM)
J.P. Fontenelle	“Hygiene mental e educação” (1925 n ^o 1)
W.Radecki	“Hygiene mental/ leis da psychologia” (1925 n ^o 1)
Murilo de Campos	Higiene mental no Exercito (1925 n ^o 1); o filho único e a higiene mental (1934 n ^o 1)
F. Esposel	Higiene Mental (1925, n ^o 1),Semiologia nervosa para enfermeiros(1933 n ^o 1)
Juliano Moreira	Seleção individual de imigrantes no programa da higiene mental (1925, n ^o . 1); “Reformadores para alcoolistas” (1929); “A lues como factor dystrophiante” (1929 n ^o 3); “Qualidades necessárias ao enfermeiro de psycopatas” (1933 n ^o 2); “Assistencia aos bebedores”, (1933, n ^o 2)
Cunha Lopes	“Prophylaxia social das toxicomanias” (1925 n ^o 1)
Heitor Carrilho	Higiene Mental (1925 n ^o 2); Problemas de Higiene Mental (1938); Impressões de viagem aos Estados Unidos (1940); Métodos novos de tratamento (1940) Pontos de vista em torno do tratamento e da prophylaxia da sífilis (1940); Malefícios do álcool e efeitos da Legislação Anti-Alcoolica (1940); Como diagnosticar uma doença mental (1940); Alcoolismo e Higiene Mental (1942); Impressões do Congresso de psychologia de New- Haven (1929) ; A delinqüência e a higiene mental (1930 n ^o 3) ,Assistência aos psicopatas e delinqüentes (1932 n ^o 2) ;
Carlos Penafiel	“O elemento psychico no trabalho humano” (1925 n ^o 2)
Alberto Farani	Cirurgia e higiene mental (1925 n ^o 2) ; Como evitar as proles degeneradas (1931 n ^o 3)
	A esterilização dos grandes degenerados e criminosos (1925 n ^o 2);

Renato Kehl	Campanha da Eugenia no Brasil (1931 nº2); “ Considerações em torno da plethora humana” (1932 nº2); “ Personalidades pathologicas à luz da psycho-critica”(1935 nº. 1,2 e 3) ; ‘A doença de Nietzche” (1934 nº1)
A . Xavier de Oliveira	“Prophylaxia do suicídio“ (1925, nº 2); Prophylaxia mental da imigração (1932 nº1); O “Estado mixto” senil: O conceito de Legrand Du Saulle em face da contestação do Prof. Nerio Rojas (1933 nº1)
J. P. Porto – Carrero	Sexo e a cultura (1930 nº5); Enfermagem no tratamento das neuroses (1932 nº1); Educação sexual (1929 nº3); Exame pré-nupcial como fator eugênico (1933 nº2)
J.Carneiro Ayrosa	“O alcoolismo - suas raízes psicologicas segundo a psychanalise” (1934 nº1)
A. Moncorvo Filho	Suicídio de Menores (1930 nº5)
Helena Antipoff	“A psychologia na Escola de Aperfeiçoamento de Bello Horizonte” (1930 nº7)
Heitor Peres	Alcoolismo e educação (1942)
Maria Brasília Leme Lopes	Pesquisa sobre a memória de fixação (conclusão, 1930 nº 9); Pesquisas sobre memória de Fixação (continuação, 1930 nº7); A Atenção concentrada explorada pelo test de cancellamento (1932 nº2); Sugestões para o Emprego dos tests (co-autoria com I. Abreu Fialho)(1929)
Ernani Lopes	Menores incorrigíveis (1930 nº7); “As psychoses infantis sob o aspecto medico-social” (1930 nº4); “Subsidio para adaptação brasileira dos tests Binet-Terman “ (cont. 1931 nº2 e nº3); “O problema da alimentação dos doentes mentaes” (1934 nº4); “Alta tardia dos heredo-psychopatas por motivo de ordem eugênica “ (1933, nº4)
Januario Bittencourt	Noções sobre etiologia das doenças mentais para um curso de enfermagem (1935 nº 1,2 e 3)
Pedro Pernambuco Filho	A enfermagem dos toxicômanos (1933 nº4); Alguns aspectos sociais da

	morfinomania (1930 nº2);
Isaias Alves	Testes mentais, ensino prático e verbalismo (1930 nº2)
Mirandolino Caldas	As nossas campanhas (1929) ; O combate ao suicídio (1929 nº3); O congresso de higiene mental e a eugenia (1930,nº2); Higiene mental no Brasil (1930 nº3); O momento internacional de Higiene Mental (1930 nº 4); Euphrenia-Sciencia da Boa Cerebração (1932 nº2) ; Clinica de Euphrenia , os trabalhos do primeiro trimestre 1935; “Assistência a psychopathas em município-manicomios” (1935 nº1,2 e 3); Os dois primeiros pré-escolares attendidos na Clinica de Euphrenia (1933 nº3); “Uma receita da Clinica de Euphrenia”(1933 nº2)
Ulysses Pernambucano	“Psychologia em Pernambuco” (1930 nº3); Ensaio de applicação do test das 100 questões de Ballard (co-autoria com Annita Paes Barreto, 1930 nº9); Os inimigos e os amigos do álcool (1933 nº3)
Nicolar Cortat Frossard	“Os Tests de Binet em nossos escolares” (1930 nº4)
Erasmus Braga	“A escola na cruzada anti-alcoolica” (1930 nº8)
Evaristo de Moraes	Alcoolistas que se ignoram ou se desconhecem (1938)
Gustavo Riedel	Impressões do 1º Congresso Internacional de Higiene Mental (1930 nº6)
Victor Delfino	Acerca de um projeto criando a Direção Geral da Infância na Republica Argentina (1930 nº6)
Jose Leme Lopes	Sobre a frequência de internação por alcoolismo em estabelecimento particular para psychopathas (1930 nº9); ‘O test de Rorschach na caracterização da personalidade “(1935 nº1, 2 e 3)
Silvio Aranha de Moura	Alcoolismo, fator de degenerescência (1940); Alcoolismo, fator de desajustamento (1942).

Juan Oscar Griot	“Appelo aos estudantes uruguayos na semana anti-alcoolica” (1933 nº1)
Juana M. de Lopes	Alcoolismo no Brasil (1938); Em torno do exame pré-nupcial (1933 nº2)
Arthur Ramos	A educação physica elementar (1935 nº. 1,2 e 3); A technica da psychanalyse infantil (1933 nº3)
Miss Floura E.Strout	Programma educativo de temperança scientifica nas escolas (1935 nº. 1,2 e 3);
Mario Reis	“O ambulatório anti-tuberculose como factor adjuvante da prophylaxia mental” (1934 nº4)
Lira Cavalcanti	Considerações sobre a Higiene Mental do paranoico(1940); Educação e loucura (1942)
Jefferson de Lemos	Considerações morais e sociais sobre a eugenia (1940)
José Alves Garcia	Aspectos da higiene mental na educação (1942)
Jurandyr Manfredini	O alcoolismo e o individuo (1940); Ilusões a combater na luta anti-alcoolica (1942)
Odilon Galloti	Como assistir doentes mentais agitados (1933 nº3); Malefícios do álcool (1940); Os perigos do álcool (1942).
Adauto Boltelho	O álcool e a loucura (1940); Alcoolismo, fator de loucura (1942).
Flavio de Souza	Campanha contra o alcoolismo (1940), Higiene das crianças delinquentes (1942); Assistência Hetero - familiar aos doentes mentais (1942).
Waldemar de Almeida	Aspectos sociais do alcoolismo (1940)
Henrique de Magalhães	Em nome da Ciência e da Religião (1940)
Julio Paternostro	Fase de invasão da paralisia geral denunciada por desvios da conduta profissional (1942)
Corintho da Fonseca	‘Um plano de acção econômica para o combate ao alcoolismo’ (1933 nº1).

Carlos Augusto Lopes	A loucura pode ser evitada (1942).
Oto Prazeres	A Liga de Higiene Mental (1942).
Oscar Ramos	Enfermagem cirúrgica dos alienados (1934 nº1).
Alfredo Neves	O uso imprevidente de álcool (1942).
Pedro Nogueira	Por que bebe o individuo? (1942).
Plinio Olinto	Esboço de um histórico da Higiene Mental (1938); Álcool (1942).
Leoni Kaseff	“Orientação psychological para os estudos profissionaes” (1935 nº 1,2 e 3);
Gustavo de Rezende	Patronato dos Egressos dos manicômios 1929 ; A tuberculose como factor dysgenizante (1932 nº2).
Oswaldo Camargo	Humberto de campos e a luta contra o alcoolismo (1942)
Fernando Fonseca	O alcoolismo na zona rural (1933)
Lopes Rodrigues	Alcoólatras nos manicômios (1933)
Maia Faillace	O alcoolismo latente (1933)
A. de Moraes Continho	A Higiene Mental no trabalho (1938)
Hosannah de Oliveira	Higiene Mental do lactante (1933 nº3)
Henrique Roxo	Higiene Mental (1925 nº2); Impressões do Congresso de psicologia em New-Haven (1929, nº3); Problemas de Higiene Mental (1938); Impressões de viagem aos Estados Unidos (1940); Métodos novos de tratamento (1940); Pontos de vista em torno do tratamento e da prophylaxia da sífilis (1940) Malefícios do álcool e efeitos da Legislação Anti-Alcoolica (1940); Como diagnosticar uma doença mental (1940);

Alcoolismo e Higiene Mental (1942);

Referencias bibliográficas

Archivos Brasileiros de Higiene Mental, ANO V Outubro - Dezembro nº. 2. 1932 p.65-66.

Archivos Brasileiros de Higiene Mental, ANO VII Janeiro-Março nº. 1.1934, s/p.

BOARINI, Maria Lucia; SOUSA, Milena Luckesi. A deficiência mental na concepção da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.14, nº2,p.1-12,2008.

BRAGA, Erasmo. A escola na cruzada anti-alcoólica. Archivos Brasileiros de Higiene Mental nº8, 1930.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da Historia*, ou, o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

CALDAS, Mirandolino. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v.2, n. 1, 1929.

CAMARA, Sônia. Sob a guarda da república: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2010.

_____. "Os arquivos de assistência" e a medicalização da infância desvalida nas primeiras décadas do Brasil Republicano. Anais do Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

COSTA, Jurandi Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro, Editora: Contexto, 2007.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FONTENELLE, J.P. Higiene Mental e educação. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v.1, n.1,1925.

GARCIA, G.A.Ronaldo. Educação e Psicanálise: A criança problema na perspectiva na perspectiva de análise da obra de Artur Ramos (Rio de Janeiro 1930-1940). *Práxis educativa*, nº 002; Julho-Dezembro, Vol.I: p.65-76, 2006.

GARCIA, G.A.Ronaldo. A Reforma Educacional de Anísio Teixeira e o papel o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Rio de Janeiro (1930-1935). Anais da VIII Jornada do HISTEDBR (CD-ROM): 07 a 08 de julho de 2008 / José Claudinei Lombardi, Marisa Bittar, Alessandra Arce (organizadores). Campinas, SP: FE/UNICAMP: HISTEDBR, 2008.

GOMES, A. M. C. O primeiro governo Vargas: projeto político e educacional. In: Ana M. Magaldi; Cláudia Alves; José Gondra. (Org.). Educação no Brasil. Santa Catarina: EDUSC, 2003, v., p. 445-462.

LIMA, A.Laura Godinho. A “Criança - Problema” e o Governo da Família. *Revista Estilo das Clínicas*, nº 21; Vol. XI, p. 126-149, 2006.

LOBO, Lília Ferreira. Os infames da História: Pobres, escravos e deficientes no Brasil. Editora: Lamparina, Rio de Janeiro, 2008.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MONCORVO FILHO, Arthur. “O alcoolismo infantil”: Conferência realizada em 18 de outubro de 1927 na Liga Brasileira de Higiene Mental. Rio de Janeiro, 1928.

MONARCHA, Carlos. Psicoclínicas e cuidados da infância. *Boletim Academia Paulista de Psicologia* - V. 77, nº 02: p.274-284, 2009.

MONARCHA, Carlos. “Teste ABC”: origem e desenvolvimento. *Boletim Academia Paulista de Psicologia* - nº 001, janeiro-junho, Vol XXVIII: p.7-17, 2008.

RAMOS, Arthur. A criança problema: a higiene mental na escola primária. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1949.

SÁ, Domínguez Miranda. A Ciência como Profissão:médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SIQUEIRA, Sônia; COUTINHO, Maria; PORTILHO, Lydia. Escola Experimental Barbara Ottoni: um estudo de caso. *Revista Tessituras*- Número 3 – Julho / 2011.

STEPAN, Nancy Leys. “A Hora da Eugenia” raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. As diretrizes da Escola Nova. *Boletim de Educação Pública*. Companhia Editora Nacional, janeiro – junho de 1932.

VEIGA, G.Cynthia. República e educação no Brasil (1889-1971).In: *História da Educação*. Editora; Ática: São Paulo, 2007.